

ATA DA SEXAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 03-7-2023.

Aos três dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mauro Pinheiro, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Cláudia Araújo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovanni Culau e Coletivo, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Juan Savedra, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas e Prof. Alex Fraga. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 008/23 (Processo nº 0424/23), de autoria de Mônica Leal; o Projeto de Lei do Legislativo nº 442/22 (Processo nº 0906/22), de autoria de Cezar Augusto Schirmer; o Projeto de Lei do Legislativo nº 265/23 (Processo nº 0477/23), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 337/23 (Processo nº 0578/23), de autoria de Fernanda Barth; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 352 e 365/23 (Processos nºs 0611 e 0642/23, respectivamente), de autoria de Alvoni Medina; o Projeto de Lei do Legislativo nº 359/23 (Processo nº 0626/23), de autoria de Airto Ferronato; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 360 e 361/23 (Processos nºs 0632 e 0633/23, respectivamente), de autoria de Mauro Pinheiro. Foi apregoado o Processo SEI nº 017.00005/2023-21, por meio do qual é autorizada representação externa de Aldacir Oliboni, no dia trinta de junho do corrente, às dez horas e trinta minutos, em Solenidade de inauguração dos blocos B e C do plano de expansão dos Hospital das Clínicas de Porto Alegre - RS. Foi apregoado o Processo SEI nº 017.00005/2023-21, por meio do qual é autorizada representação externa de Engº Comassetto, no dia trinta de junho do corrente, às onze horas e trinta minutos, em Cerimônia de entrega de empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida, em Viamão - RS. Foi apregoado o Processo SEI nº 020.00093/2023-57, por meio do qual é autorizada representação externa de Alvoni Medina, no dia trinta de junho do corrente, às dezenove horas, em Solenidade de abertura da edição Porto Alegre do Workshop para Gestores de Entidades de Prática Paradesportiva, promovido pelo Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos - CBCP, no Hotel Quality, em Porto Alegre - RS. Foi apregoado o Processo SEI nº 017.00005/2023-21, por meio do qual é autorizada representação externa de Mônica Leal, no dia vinte e um de julho do corrente, às dez horas e trinta minutos, em Cerimônia militar alusiva ao 150º aniversário de nascimento do Marechal do Ar Alberto Santos Dumont, na Base

Aérea de Canoas - RS. Em prosseguimento, foi aprovado Requerimento de autoria de Biga Pereira, solicitando licença para tratar de interesses particulares do dia três ao dia cinco de julho do corrente, tendo o Presidente informado que Vitória Cabreira fora empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, integrando a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL - CEFOR. Também, foi apregoada declaração firmada por Giovani Culau e Coletivo, Líder da Bancada do PCdoB, informando o impedimento da suplente Coletivo Cuca Congo e do suplente Erick Dênil em exercerem a vereança, em substituição, no período citado. Após, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Maria Jandira Rabelini de Fraga, presidente da Associação Serviço Social Mary Taranger – SESOMATR, que apresentou o trabalho desenvolvido pela entidade. Em prosseguimento, nos termos do artigo 206 do Regimento, Psicóloga Tanise Sabino, Márcio Bins Ely, José Freitas e Aírto Ferronato manifestaram-se acerca do tema tratado em Tribuna Popular. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e quatro minutos às quatorze horas e quarenta e oito minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Alexandre Bobadra, Fernanda Barth, Alvoni Medina, Pedro Ruas, Vitória Cabreira, Jonas Reis, e Roberto Robaina. Às quinze horas e trinta e um minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a Ordem do Dia. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Fernanda Barth, solicitando a retirada de tramitação do Requerimento nº 118/23 (Processo nº 0608/23). Foi apregoada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 014/23 (Processo nº 0589/23), de autoria de Pedro Ruas, de Prof. Alex Fraga e de Karen Santos, bem como foi aprovado Requerimento solicitando a dispensa do envio da referida Emenda às Comissões Permanentes e aprovado Requerimento de autoria de Karen Santos, solicitando votação em destaque para a mesma Emenda. A seguir, foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Pedro Ruas, Idenir Cecchim, Roberto Robaina e Jonas Reis, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Foram aprovados Requerimentos verbais formulados por Cláudia Araújo, solicitando a retirada de priorização do Projeto de Lei do Legislativo nº 072/23 (Processo nº 0151/23), e solicitando a inclusão, na priorização da Ordem do Dia da presente Sessão, do Requerimento nº 128/23 (Processo 0653/23). Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Alvoni Medina, solicitando a retirada de priorização do Projeto de Lei do Legislativo nº 048/23 (Processo nº 0098/23). Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 455/22 (Processo nº 0926/22), após ser discutido por Jonas Reis, por trinta e quatro votos SIM, tendo votado Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina, Tiago Albrecht e Vitória Cabreira. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº

236/22 (Processo nº 0454/22), por vinte e nove votos SIM, após ser encaminhado à votação por Márcio Bins Ely, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Roberto Robaina, Tiago Albrecht e Vitória Cabreira. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 115/23 (Processo nº 0245/23), por trinta e três votos SIM, tendo votado Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina, Tiago Albrecht e Vitória Cabreira. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por José Freitas, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 334/22 (Processo nº 0662/22), por vinte e quatro votos SIM e seis votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Roberto Robaina e Vitória Cabreira, e votado Não Comandante Nádia, Fernanda Barth, Mari Pimentel, Pablo Melo, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Na oportunidade, foi registrada a intenção de Mônica Leal em ter votado contrariamente a essa proposição. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Cláudia Araújo, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 119/22 (Processo nº 0233/22), por vinte e quatro votos SIM e dois votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Roberto Robaina e Vitória Cabreira, e votado Não Alvoni Medina e José Freitas. Na oportunidade, ficou registrada a intenção de Moisés Maluco do Bem em ter votado favoravelmente a essa proposição. Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 013/23 (Processo nº 0571/23). Em Discussão Geral e Votação, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 310/22 (Processo nº 0620/22), após ser encaminhado à votação por Idenir Cecchim, Jonas Reis, Claudio Janta, Vitória Cabreira, Engº Comassetto, Idenir Cecchim

e Pedro Ruas. Em Discussão Geral e Votação Nominal, foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 317/22 (Processo nº 0635/22), por vinte e oito votos SIM, após ser discutido por José Freitas, tendo votado Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina, Tiago Albrecht e Vitória Cabreira. Na oportunidade, foi registrada a intenção de Idenir Cecchim em ter votado favoravelmente a essa proposição. A seguir, foi aprovado Requerimento verbal formulado por Marcelo Sgarbossa, solicitando alterações na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia. Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Executivo nº 014/23 (Processo nº 0589/23), após ser discutido por Tiago Albrecht, Engº Comassetto, Cassiá Carpes, Prof. Alex Fraga, Mauro Pinheiro, Jonas Reis, Idenir Cecchim, Comandante Nádia e Ramiro Rosário, e encaminhado à votação por Tiago Albrecht, Engº Comassetto, Jonas Reis, Idenir Cecchim e Mauro Pinheiro. Foi rejeitada a Emenda nº 01, destacada, aposta ao Projeto de Lei do Executivo nº 014/23, por dez votos SIM e vinte e três votos NÃO, em votação nominal determinada por Moisés Maluco do Bem, tendo votado Sim Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Giovanni Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Roberto Robaina e Vitória Cabreira, e votado Não Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi aprovado o Projeto de Lei do Executivo nº 014/23, por trinta e cinco votos SIM, em votação nominal solicitada por Moisés Maluco do Bem, tendo votado Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Karen Santos, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina, Tiago Albrecht e Vitória Cabreira. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 128/23 (Processo nº 0653/23), após ser encaminhado à votação por Cláudia Araújo, por dezoito votos SIM, em votação nominal solicitada por Ramiro Rosário, tendo votado Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Fernanda Barth, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Roberto Robaina e Vitória Cabreira. Apesar de haver quórum deliberativo, Moisés Maluco do Bem, presidindo, declarou essa votação nula. O resultado dessa votação será ratificado e

apregoado na próxima Sessão. Às dezoito horas e dez minutos, foi encerrada a Ordem do Dia. Foi aprovado Requerimento verbal formulado por Fernanda Barth, solicitando o adiamento do período de Comunicações para a próxima Sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 011/23, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 033/21, o Projeto de Lei do Executivo nº 012/23, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 052/23, este discutido por Jonas Reis, 0670, 108, 121, 143, 177, 187, 268, 282, 306, 309, 311, 312, 313, 314, 315, 320, 328, 338, 339, 341 e 342/23, e os Projetos de Resolução nºs 047, 048 e 050/23. Às dezoito horas e dezessete minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier e Moisés Maluco do Bem. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo processo SEI nº 017.00005/2023-21, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que solicita representar esta Casa na solenidade de inauguração dos blocos B e C do plano de expansão do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, na cidade de Porto Alegre, no dia 30 de junho de 2023, às 10h30min.

Apregoo processo SEI nº 017.00005/2023-21, de autoria do Ver. Engº Comassetto, que solicita representar esta Casa na cerimônia de entrega de empreendimento do Programa Minha Casa, Minha Vida, na cidade de Viamão, no dia 30 de junho de 2023, às 11h30min.

Apregoo processo SEI nº 020.00093/2023-57, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que solicita representar esta Casa na solenidade de abertura da edição Porto Alegre do Workshop para Gestores de Entidades de Prática Paradesportiva, promovido pelo Comitê Brasileiro de Clubes Paralímpicos – CBCP, no Hotel Quality, na cidade de Porto Alegre, no dia 30 de junho de 2023, às 19h.

Apregoo processo SEI nº 017.00005/2023-21, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, que solicita representar esta Casa na cerimônia militar alusiva ao 150º aniversário de nascimento do Marechal do Ar Alberto Santos Dumont, na Base Aérea de Canoas, no dia 21 de julho de 2023, às 10h30min.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Biga Pereira solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 3 a 5 de julho de 2023. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de Licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo declaração firmada pelo Ver. Giovani Culau e Coletivo, líder da bancada do PCdoB, informando o impedimento da suplente Coletivo Cuca Congo e do suplente Erick Dênil em exercerem a vereança, em substituição, no período citado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Mesa declara empossada a suplente, Ver.^a Vitória Cabreira, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do MERCOSUL – CEFOR.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): A Tribuna Popular de hoje terá a presença da associação Serviço Social Mary Taranger – Sesomatr, que apresentará do trabalho desenvolvido pela entidade.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Sra. Maria Jandira Rabelini de Fraga, representando a associação Serviço Social Mary Taranger – Sesomatr, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SRA. MARIA JANDIRA RABELINI DE FRAGA: Quero cumprimentar todos e, primeiramente, agradecer a Deus por esta grande oportunidade. Fazendo menção ao Presidente Hamilton Sossmeier, cumprimento todas as autoridades presentes no local. Quero dizer da alegria de estar aqui nesta oportunidade e de trazer a este honroso local o trabalho que a Sesomatr tem feito ao longo dos anos na nossa cidade e no interior do Estado. Quem está falando aqui é Maria Jandira Rabelini de Fraga, atual presidente da instituição, um pouquinho tensa e nervosa, dá para transparecer, mas vamos dar sequência porque é bem importante para a Sesomatr trazer às autoridades deste local o reconhecimento do que ela faz e da grande necessidade que ela tem de ser acolhida por todos os parlamentares desta localidade. Falando um pouquinho da minha pessoa: sou conhecida na cidade como tia Jandira, trabalhando por 34 anos junto a crianças e adolescentes. Sou membra da Igreja Evangélica Assembleia de Deus de Porto Alegre, estou conselheira no Conselho Estadual dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes do Rio Grande do Sul – Cedica, faço parte da coordenação do Fórum Estadual das Crianças e Adolescentes do Rio Grande do Sul, sou conselheira tutelar suplente da Região Leste de Porto Alegre, suplente na temática da cultura e juventude da capital, e faço parte do Comitê Estadual Intersetorial pela primeira infância, que tem à frente na construção o vice-governador Gabriel Souza. Tenho formação em Letras e suas respectivas literaturas; bacharelado em teologia; apresentadora e animadora dos trabalhos que se faz com as crianças. Sou esposa, sou mãe, sou avó, sou bisavó, graças a Deus, e estou aqui para falar da Sesomatr e seus 26 anos de história a serviço do social.

Sesomatr, Serviço Social Mary Taranger, nome este dado em homenagem à missionária sueca Mary, que veio para o Brasil com a família no ano de 1946, quando iniciou, no interior do Estado, um trabalho grandioso em apoio a necessitados; no ano de 1955, veio executá-lo na capital, deixando vários segmentos em plena atividade até os dias de hoje. Nossa missão: promover ações para o fortalecimento do desenvolvimento humano em suas fragilidades como agente de transformação junto a políticas que estão a serviço da comunidade como um todo.

(Procede-se à apresentação.)

SRA. MARIA JANDIRA RABELINI DE FRAGA: Histórico da Sesomatr. Em 10 de outubro de 1997, teve seu estatuto social e seu CNPJ criados pelo Dr. Eliseu Santos, inicialmente, como Sesoc. Em 2013, Jandira Rabelini assume a presidência da nova gestão, que passa a dar-lhe a razão social como Serviço Social Mary Taranger. Inicia-se uma nova etapa com inscrições no CMDCA, CMAS, como entidade pública municipal, entidade pública estadual. No ano de 2018 entra para o Calendário Oficial de eventos do município de Porto Alegre. Segue então o trabalho em defesa e garantia de direitos de crianças e adolescentes, famílias em vulnerabilidade e risco social. Temos o Programa Roda de Conversa, palestra com profissionais de diversas áreas dos saberes e profissões. Um trabalho de escuta das famílias das localidades onde o serviço social tem ido.

Projeto CPTCA, curso de capacitação para trabalhar com crianças e adolescentes; temos ali aulas práticas, aulas teóricas onde a gente fala de faixa etária, tudo aquilo que envolve as nossas crianças e os nossos adolescentes, para que venham a se desenvolver na sociedade para que sejam cidadãos que possam ingressar nos melhores locais em que está a necessidade, para uma sociedade completa e plena.

A seguir, Projeto Tia Jandira e Equipe, cumpre agenda em escolas estaduais, municipais, creches, praças, teatros, ruas, igrejas salões da metrópole e do interior do Estado, com contação de história, peças teatrais, brincadeiras, animação, tudo pedagógico, com algo instrutivo para o desenvolvimento humano que é a missão da instituição.

Temos também o Projeto PFI acontecendo em nove núcleos distribuídos em Porto Alegre e em três cidades do interior do Estado, com um número de 240 adolescentes atendidos com ações e palestras voltadas a seu desenvolvimento cognitivo e físico. Com retiros e *workshops*, temos trazido para esses adolescentes os profissionais das diversas áreas, para que venham palestrar, trazer a eles o que significa ser um empresário, ser alguém que possa se inserir na sociedade e possa fazer um trabalho digno e honroso, tanto para si como para os seus familiares e para todo o contexto social. Esse trabalho foi criado pelo psicólogo Joelson Lemos, ele tem trazido, e agora, nacionalmente, está sendo reconhecido por um trabalho que tem alcançado esses meninos. E dizendo mais, quando eles ouvem as palestras dos profissionais, eles têm a oportunidade de ir até as empresas e passar um dia naquele local e terem, *in loco*, o que é ser um contador, o que é ser um

piloto de avião e vários outros profissionais que têm se disponibilizado para nos ajudar nesta obra, neste trabalho, o PFI.

Também temos o projeto Festeja Criança que é uma festa alusiva ao Dia das Crianças, que vem ocorrendo há 17 anos, este é o 18º ano do Festeja Criança. Ocorre nas dependências do auditório Araújo Vianna. Ali nós temos recebido um público de 3.500 pessoas, sempre com a ajuda dos empresários, que têm nos socorrido para que possamos alcançar, porque, afinal de contas, são 2.000 sacolas com brinquedos, com lanche, com literatura, docinhos, tudo aquilo que criança gosta. O melhor, a gente tem sorteado um Playstation, eles têm ficado muito felizes com isso, e, como eu disse no começo, sempre com uma mensagem. Eu me lembro que, quando nós estávamos no ano da Copa, a gente pensou o que poderíamos trazer a eles, e, como muitas pessoas viriam de outros locais, cada um falando na sua língua, a gente colocou o amor em todas as línguas, que era um momento em que um leãozinho, numa floresta, se machucava e todos que queriam socorrer, um canguru da Austrália, outro bichinho de outro local, mas de repente saíram e disseram que iam buscar ajuda, e cada um trouxe um pedacinho de corda. Um pedacinho não socorria um tronco bem grande, mas resolveram unir as forças, unir aqueles pedacinhos e conseguiram salvar. Então são essas as mensagens que nós temos procurado passar, ano após ano. É isso, a nossa instituição agradece muito a todos os parlamentares, mas também pede a todo aquele que quiser dar uma ajuda a nossa instituição, estamos com as portas abertas, ali está todo o contato da nossa instituição, Serviço Social Mary Taranger. Agradeço a todos pela oportunidade, muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Convidamos a Sra. Maria Jandira Rabelini de Fraga a fazer parte da Mesa.

A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Boa tarde, quero saudar o Presidente Hamilton Sossmeier, os demais vereadores, também os membros da nossa associação Sesomartr, mas em especial quero saudar a nossa querida tia Jandira, que é minha amiga, minha irmã em Cristo da Igreja Evangélica Assembleia de Deus. É uma alegria, um prazer vê-la aqui, tia Jandira. Quero dizer da minha profunda admiração e respeito pelo teu trabalho, que eu conheço já há muitos anos, em prol das crianças e dos adolescentes, um trabalho ao qual eu tenho respeito, admiração e orgulho por te ter como uma mulher, como uma irmã o desenvolvendo. Como vereadora, como psicóloga e representando, nesta Casa, a Igreja Evangélica Assembleia de Deus, para mim é um momento muito especial estar aqui contigo, te dirigindo essas palavras. Quero te dizer, tia Jandira, que o trabalho que tu e a tua equipe fazem, que eu creio também que grande parte é da Assembleia de Deus, deixa marcas profundas no psicológico das crianças e dos adolescentes: marcas de carinho, marcas de respeito, marcas de amor, marcas de esperança, de esperança em um futuro melhor. Neste momento, as minhas palavras são

de gratidão, de parabenização por esse trabalho que tu fazes, por essa associação, a associação Serviço Social Mary Taranger, há 26 anos. Esse nome, Mary Taranger, para nós, da Assembleia de Deus, é muito importante. A nossa querida Mary, nossa querida e saudosa Mary Taranger, missionária, veio da Suécia para o Brasil, para o nosso Estado do Rio Grande do Sul, e os filhos dela, por quem eu tenho muito carinho e amizade: o Willis Taranger, a Ana Taranger e o Joel Taranger, essa família querida por quem nós também temos muito carinho e respeito. Para finalizar o meu aparte, que é rápido e breve, quero, mais uma vez, te parabenizar pelo teu trabalho. Sucesso, que Deus te abençoe. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Marcos Bins Ely está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente Hamilton, quero cumprimentar V. Exa., a tia Jandira, querida amiga, que está aqui com o seu assessor, o Amauri Fraga, fazendo toda a cobertura desta Tribuna Popular tão importante, trazendo essa mensagem em favor das crianças e dos adolescentes, que é o trabalho feito no Sesomatr. Quero te cumprimentar, em especial, pelo festejo à criança – aliás, projeto de lei de nossa autoria que incluiu, no Calendário Oficial do Município, o Dia da Criança – ali no Araújo Vianna. Foi uma festa maravilhosa, tenho participado todos os anos. Realmente, é um trabalho muito bacana com abnegados voluntários que fazem a festa, em especial para as crianças da nossa periferia. Talvez elas não tivessem oportunidade de ganhar brinquedos no Dia da Criança não fosse esse trabalho que vocês fazem ali. Parabéns à entidade e aos voluntários que têm feito esse trabalho, mas, em especial, à nossa líder, à nossa presidente, que és tu, tia Jandira. Em especial, também, pelo teu trabalho no Conselho Tutelar na Bom Jesus. Tu, que és suplente, que tem assumido o mandato, tem sido protagonista em favor das nossas crianças e adolescentes. Fica o nosso abraço fraterno, o meu e o do Ver. João Bosco Vaz, em nome da bancada do PDT. Um grande abraço, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. José Freitas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Boa tarde, Presidente Hamilton, cumprimento a Dona Jandira, que está à frente da associação Serviço Social Mary Taranger; a senhora sabe como é deficiente não só Porto Alegre, mas os municípios, na área social. O que mais tem são pessoas que precisam de uma mão amiga, e é isso que a senhora está fazendo, através dessa entidade, há anos, ajudando as pessoas. Então, eu peço aqui que Deus continue abençoando, e que muitos parceiros venham para somar e para poder alcançar mais famílias, crianças necessitadas que temos no nosso Município

de Porto Alegre. Vida longa, então, à sua gestão e à sua associação. Que Deus abençoe. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovane Byl está com a palavra.

VEREADOR GIOVANE BYL (PTB): Boa tarde, Presidente Hamilton Sossmeier. Eu quero saudar aqui a Maria Jandira Rabelini de Fraga, mas, se falar assim lá na comunidade, poucas pessoas vão reconhecer, então quero saudar a tia Jandira, assim que é conhecida, tem muito trabalho lá na região leste da cidade, em comunidades que têm uma vulnerabilidade sem tamanho. A senhora, através da Associação de Serviço Social Mary Taranger, mas junto também com o nosso amigo Amauri, que é fiel escudeiro desse projeto, estão sempre juntos lá na ponta, na comunidade, o seu José Amauri e a tia Jandira. O mundo, hoje, está sem amor. Hoje, se nós formos procurar o amor, ele se encontra em latas de lixo, porque o ser humano está, cada vez mais, sem compaixão, é olho por olho, dente por dente. Então, quando nós temos associações, movimentos sociais que buscam fazer o bem pelo próximo, o bem pelas crianças, pelos adolescentes é louvável. E hoje esta homenagem aqui é mais do que justa pelo tempo, pela dedicação e pelo trabalho que essa entidade vem desenvolvendo pela nossa cidade e pela missão que Deus lhe incumbiu, e a senhora vem cumprindo com um fiel propósito. E que a senhora possa dizer, como o apóstolo Paulo: “Combati o bom combate, acabei a carreira, guardei a fé”. Deus abençoe grandemente, vida longa à associação e ao seu trabalho. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Caro Presidente Hamilton, quero saudar a amiga Maria Jandira, extensivamente o querido Amauri, bom te ver, cumprimento-os pelo trabalho que desenvolvem na associação, também quero cumprimentar a Associação Mary Taranger. E dizer que – aqui já foi dito – o trabalho com criança, com adolescente, com famílias em situação de vulnerabilidade social é algo grandioso, por isso o meu abraço. Parabéns pelo trabalho. Quero dizer que aqui na Câmara estamos às ordens, como todos os demais vereadores. Um abraço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Enceramos a Tribuna Popular agradecendo a presença da Sra. Maria Jandira Rabelini de Fraga, Presidente da associação Serviço Social Mary Taranger. Seja sempre muito bem-vinda a esta Casa. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h44min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (14h48min) Estão reabertos os trabalhos. O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Sr. Presidente, colegas vereadores e vereadoras, telespectadores da TVCâmara, Sr. Presidente, quero falar sobre um tema muito importante: os parques da nossa cidade. Porto Alegre tem 12 parques, 700 praças, e, neste final de semana, acompanhei o prefeito Melo, junto com outros colegas vereadores e secretários, lá na Praça das Nações Unidas, no Petrópolis, onde foi entregue a outorga, a posse para vários prefeitos de praça. Qual é a importância dos prefeitos de praça? Eles ajudam a cuidar as praças na questão da manutenção, de acionar os órgãos da Prefeitura, aliás, o 156 vem funcionando muito bem. Cada vereador tem o seu espaço no 156, quando precisa solicitar uma poda de uma árvore, um conserto de buraco, iluminação, algo nesse sentido, o portal 156 está funcionando muito bem. Nós vamos enfrentar no próximo período, sim, a questão dos cercamentos dos parques, das praças. A Prefeitura está contratando 50 guardas municipais para dar uma maior sensação de segurança para quem mora na nossa cidade.

Recentemente, foi feito um decreto pelo Poder Executivo regulamentando a questão da bebida alcoólica na orla do Guaíba. Há um mês aproximadamente nós tivemos um triste episódio com dois homicídios, então essa regulamentação foi muito importante para dar uma sensação de segurança para quem caminha na orla, para as pessoas passearem com o cachorro, andar de bicicleta, correr, tomar um chimarrão, praticar um esporte. É claro que a cidade não é só a orla do Guaíba, a cidade não é só o Moinhos de Vento, a cidade passa pelo Centro Histórico, que é o coração da cidade e é um canteiro de obras. O nosso Centro Histórico vai ficar lindo. Eu, como morador do Centro Histórico, converso com muito os comerciantes, com os moradores, claro que estão sofrendo algumas dificuldades em virtude das obras, mas isso é passageiro, essas obras são para melhorar o fluxo da nossa cidade. Acho importante a função do vereador, que não é só apresentar projetos de lei e fiscalizar os órgãos do município, mas também conversar com as pessoas. Recentemente, eu estive na Ponta Grossa, logo após a questão das águas que atrapalhou muita gente, nós mandamos R\$ 200 mil para amenizar as questões da macrodrenagem e R\$ 50 mil para o posto saúde através das nossas emendas impositivas. Não menos importante, a região da Estrada Costa Gama, ali na Rua Omar Pereira, vem sofrendo muitas dificuldades. Nós já fizemos um pedido de providências para a Prefeitura, para implementar 140 metros de cano na Estrada Costa Gama para ajudar quem mora naquela região. Há três cadeirantes que moram naquela rua, esses três cadeirantes sofrem muito com a questão do alagamento e nós temos que pensar nas pessoas mais humildes; nós não podemos fazer como o Partido dos Trabalhadores fez durante 16 anos: faziam coisa para inglês ver. A cidade andou para trás durante 16 anos,

através da administração da esquerda ultraradical, só se preocupavam com marcha da maconha, com a sexualização das nossas crianças, Fórum Social Mundial; não se preocupavam com a questão da mobilidade urbana, com o planejamento da nossa cidade, com a drenagem ou com a nossa própria educação. Através da administração da esquerda radical durante 16 anos, Porto Alegre ficou em penúltimo lugar no índice do IDEB, em educação; embora os nossos professores sejam os mais bem remunerados no Brasil. É nas criança que nós devemos pensar; por isso, quero fazer um convite muito especial aos colegas vereadores, através do líder do governo, Ver. Cecchim, nosso Presidente Hamilton, para que juntos, através de um grupo de vereadores, possamos ir lá no Tribunal de Contas para poder entender por que que Tribunal de Contas do Estado não está liberando a verba da educação para ser investida em uniforme. Não é justo algumas crianças irem com roupas de marca para escola, e outras, mais humildes, com roupas mais simples – essas crianças sofrem *bullying*, são perseguidas, são motivos de chacota. Infelizmente isso acontece, ainda mais entre os adolescentes, que estão no período de transformação das suas vidas. Se pudéssemos implementar os uniformes nas escolas municipais o mais rápido possível, certamente os pais investiriam menos recursos da administração do seu lar, e poderia sobrar mais recursos para alimentação, para o lazer, para a educação da criança, poderiam colocar esse recurso em outras fontes que também ajudariam no benefício das suas famílias.

O mandato parlamentar é importante. É importante trabalhar pelas redes sociais, mas precisamos ir lá, onde moram as pessoas mais simples, e dar atenção para o 1,5 milhão de pessoas que moram na nossa cidade. Porto Alegre tem pressa; a cidade não pode parar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE): Caros amigos que nos assistem, o que caracteriza uma democracia? A democracia é o regime político balizado pelos princípios da igualdade, da liberdade e pelos direitos de participação e contestação, igualdade jurídica – todos são iguais perante a lei –, bem como liberdade política, livre pensamento, expressão e associação. Isto é, o direito de participar do processo decisório sobre o bem comum em posição de igualdade, com as demais, podendo votar e ser votado. E o direito, sim, constitucionalmente previsto de contestar ações e resultados do governo diuturnamente sem sofrer qualquer tipo de retaliação. Ou ainda, em outra definição que encontramos nas redes sociais: a democracia tem como princípios fundamentais a liberdade do indivíduo perante os representantes do poder político, especialmente face ao estado – que tem muito poder –, a liberdade de opinião e de expressão da vontade política e das ideias, a multiplicidade ideológica, a liberdade de imprensa e a sua imparcialidade, acesso à informação, igualdade dos direitos e oportunidades favoráveis para que o povo e os partidos se pronunciem sobre todas as decisões de interesse em geral. Em resumo:

eleições livres e transparentes, liberdade de opinião e de expressão, lei igual para todos com respeito ao devido processo legal, liberdade e imparcialidade de imprensa, e não ter presos políticos. Mas agora, Lula disse aquilo que todos nós já vínhamos sentindo há algum tempo e que é, na verdade, a definição do que a esquerda realmente pensa: a democracia é relativa. Só existe se for de esquerda, só existe se for nas bases que eles consideram, ou seja, não é democracia.

Eu quero saber se agora os “Faria limers”, a esquerda de sapatênis, os empresários adoradores de descondenado, vão fazer uma nova cartinha para democracia. Porque, quando eles fizeram aquela carta, a democracia não estava em risco, não havia nenhum discurso que fosse questionar a democracia como agora escancaradamente o descondenado o faz. Estamos, desde 2014, nas ruas contra a corrupção, e a nossa democracia agonizante apresentou seus primeiros sintomas na manutenção dos direitos políticos de Dilma e, num golpe que foi dado contra a sociedade, no dia que anularam as condenações do larápio e permitiram que ele pudesse concorrer à presidência. Eles voltaram com a voracidade dos gafanhotos. Aí se seguiram inquéritos ilegais, investigações tirânicas; a escalada do autoritarismo nunca mais retrocedeu. O alvo é a direita, os conservadores e tudo que ela representa: a defesa da família, da infância da pátria e seus símbolos, das tradições, da cultura e da soberania nacional. Se a CMPI do dia 8 de janeiro não tivesse sido tomada pela esquerda ela revelaria operação altamente planejada de infiltrados, que teve como sua maior consequência o esvaziamento das ruas, a disseminação do medo, que é o adubo dos regimes totalitários, para desmoralizar, humilhar, subjugar e calar a oposição neste País. Esse jogo de poder é mundial, meus amigos, uma escalada autoritária contra a liberdade no mundo todo; multidões, em vários países, clamam diariamente por liberdade, contra seus governos fascistóides de cunho esquerdista ou social democratas, onde o indivíduo é esmagado pelo sistema e pelo coletivismo militante. Meus amigos, para encerrar esta primeira parte da minha fala de hoje, é gigantesca a lista de atrocidades dos governos comunistas. No total, seus regimes já assassinaram mais de 110 milhões de pessoas entre 1917 e 1987. Vejam que essa contagem está muito ultrapassada. Então eu deixo aqui a provocação: na abertura do famigerado Foro de São Paulo, o atual presidente Lula disse que tem orgulho de ser comunista e relativizou a democracia; orgulho de representar assassinos, genocidas, censuradores, líderes de exilados, pessoas que passam fome, economias quebradas. Aguardem! Vem aí o mensalão 2.0; o petrolão 2.0; e o Brasil tem mais seis meses este ano de desgoverno lulopetista.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Alvoní Medina está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALVONI MEDINA (REP): Boa tarde, Sr. Presidente Hamilton Sossmeier, nobres vereadores e vereadoras, público que nos assiste através da TVCâmara e nas galerias; venho a esta tribuna para falar dos 16 anos da Record TV RS

aqui no Estado. Fundada em 2007, a Record TV RS surgiu após a compra da antiga TV Guaíba, que, em julho de 2007, ocupava o quinto lugar em audiência no Estado. Após dois anos da compra, a Record TV chegou ao seu objetivo, alcançando segundo lugar em audiência no Estado. Hoje a emissora está cheia de novidades e de talentos que compõem um quadro de programação incomparável, desde *reality shows*, programas de auditório, jornalismo, esporte filmes até minisséries. A emissora tem ocupação para toda a família. Parabênzo todo o grupo Record por entender a importância do Rio Grande do Sul dentro da sua grade de programação; desde a chegada do grupo ao Estado, o tempo provou que a Record é a emissora mais gaúcha que existe por aqui, que dispõe do maior tempo de programação local, mostrando o Rio Grande do Sul, a capital e o interior. Isso mostra o grau de comprometimento que o grupo tem com o Estado. Vida longa e sucesso à Record TV RS, que tem levado para as pessoas programações sérias, programações que falam sobre a família, que mostram os valores do Estado, que mostram os valores da nossa comunidade, que mostram para as pessoas que ainda é possível fazer programações que todas as famílias possam sentar no seu sofá, juntas, e assistir, porque é uma programação boa de assistir. É uma TV que traz, meu Presidente Hamilton Sossmeier, vários programas mostrando os valores da família. Nós temos minisséries que fazem com que as pessoas possam entender sobre o que foi a passagem do Senhor Jesus nesta terra e o que ele veio fazer aqui em prol das pessoas. Inclusive a minissérie Jesus fala sobre isso, mostrando o trabalho que Ele fez aqui enquanto esteve neste planeta, que era levar a palavra para aquelas pessoas que mais precisavam, nos cantos mais remotos, e hoje é o que se faz através da emissora, onde chegam as ondas amigas da nossa TV, as imagens da Record TV, que fazem com que as famílias possam ter um entendimento e uma compreensão em relação ao que Deus é capaz de fazer na vida de um ser humano: trazer a ele uma nova vida, trazer a ele uma nova expectativa, para que ele possa entender que a sua vida pode ser melhor do que tem sido. Esse é o objetivo do trabalho da emissora aqui no Estado. Parabéns, vida longa à nossa emissora, a TV Record. Um abraço especial para todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, que preside a Casa e a sessão; vereadoras, vereadores, público que nos dá a honra da assistência, seja presencial ou seja pela TVCâmara, boa tarde. Ver. Alex Fraga, nós tivemos, há pouco tempo, há poucos dias, uma audiência na CEDECONDH – V. Exa. estava presente – com as pessoas em situação de rua. Pois bem, ali foi debatido, inclusive, o fato de elas serem vítimas constantes de violência, sem motivo algum. Agora, eu recebo – veja V. Exa. – a cópia da Instrução Normativa nº 004/2023, da Secretaria Municipal de Segurança; e o art. 2º, no seu inc. III, diz que “compete à guarda municipal a abordagem preventiva de indivíduos com fundada suspeita e providências decorrentes da lei”. O que são indivíduos com fundada suspeita? Isso é um caráter altamente subjetivo, altamente

subjetivo. Mas vai mais, vai mais, diz assim, Ver. Cassiá, que esteve conosco: “bem como abordagem sistemática de pessoas em situação de rua” – abordagem sistemática! –, “buscando sua identificação e comunicação do local em que se encontram”. Depois, diz: “para que a FASC possa auxiliar”. Mas não é esse o relato que nós ouvimos aqui. Nós ouvimos relatos da violência, da truculência, do emprego de cassetete, do emprego de Taser. E é obrigatório; bem, mas, se isso é obrigatório, tem que ser obrigatório também um curso de direitos humanos, um curso de cidadania para essas pessoas, porque elas vão chegar em cada um e em cada uma, e obviamente a pessoa em situação de rua nem sempre é simpática, ainda mais quando vê farda, ainda mais se estiver embriagada, ainda mais se estiver sob efeitos de drogas. Acontece, são usuários, não são traficantes, são usuários, e para aguentar um frio desses sem cobertor, sem roupa, sem casa e sem bebida alcoólica, é muito difícil, é quase impossível, pode morrer de hipotermia. Então essa Instrução Normativa nº 004/23 tem que ser revista e modificada, porque eu não sei quem são as pessoas que compõem a Guarda Municipal em termos de posição frente à cidadania, em termos de posição frente aos direitos humanos, em termos de posição frente às pessoas outras que não são do seu mesmo grupo social.

Portanto, Presidente Sossmeier, fica aqui o nosso protesto com relação aos termos dessa instrução normativa, mas fica também um apelo no sentido de que, se for mantida essa redação, essas pessoas comprovem ter formação em direitos humanos, senão nós estaremos aqui criando uma aberração. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Vitória Cabreira está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA VITÓRIA CABREIRA (PCdoB): Boa tarde aos vereadores e vereadoras presentes, às pessoas que nos acompanham aqui nas galerias da Câmara, pela TVCâmara ou pelas redes sociais. Eu subo nesta tribuna hoje para a gente poder falar um pouco sobre o que Porto Alegre tem enfrentado com todo o escândalo da educação. Eu fui presidente da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas de Porto Alegre, e por isso visitei, Ver. Pedro Ruas, as escolas da nossa cidade, e pude conhecer, durante os anos de militância do movimento estudantil, toda a estrutura que as escolas de Porto Alegre apresentavam. O que nós enfrentamos aqui na cidade, com a irresponsabilidade do Melo, é gravíssimo, e nós precisamos denunciar em todos os espaços que a gente tem ocupado. Eu quero aproveitar este espaço aqui para comemorar a instalação da CPI que nós vamos ter aqui na Câmara, principalmente da oposição e dos independentes, porque é preciso investigar, mas, mais do que isso, nós precisamos punir, vereador, aquelas pessoas que têm feito o que têm feito com a educação de Porto Alegre. Nós precisamos punir os responsáveis por terem gastado milhões com livros didáticos com erro de tabuada. Porque é muito fácil subir nessa tribuna, dizer que a juventude de Porto Alegre, que os estudantes, que a educação hoje está abandonada, mas, ao mesmo tempo, não investir e jogar o dinheiro da educação no lixo. É isso que Porto Alegre tem

feito: jogar o dinheiro da educação no lixo, enquanto nós temos milhares de crianças na sexta e na sétima séries que não estão alfabetizadas; enquanto nós temos milhares de jovens que chegam na sua escola e não têm professor de matemática, não têm professor de português; enquanto, inclusive, os professores do Município têm construído uma grande luta na cidade sobre o salário, e Melo tem gasto o dinheiro da educação em livros errados, em materiais que estão empilhados dentro de depósitos. Nós não podemos permitir que a educação seja tratada dessa forma aqui na nossa cidade, por isso nós precisamos fazer com que a CPI seja um instrumento de Porto Alegre que chegue dentro das escolas, que converse com os professores, que dialogue com as crianças, com a juventude, com as mães que têm sido prejudicadas nesse processo que o Melo tem feito. Eu subo aqui na tribuna pra reforçar isso e para dizer que nós estamos à disposição para construir, para que a CPI da educação investigue e possa encaminhar, para que sejam punidos aqueles que hoje têm tratado a educação como mercadoria, têm tratado a educação como moeda de troca, e, ao mesmo tempo, quem tem pago toda essa dívida são as crianças, é a juventude de Porto Alegre – que quando chega na escola precisa sair mais cedo, quando chega na escola não tem a estrutura necessária – e são aquelas mães das mais de 6 mil crianças registradas que hoje não têm vaga nas creches aqui de Porto Alegre.

Para terminar a minha fala, eu quero convidar os vereadores de Porto Alegre para comemorar o que nós vimos na semana passada, Ver. Pedro Ruas e Ver.^a Fernanda Barth: a inelegibilidade do Bolsonaro. Essa era uma dívida, um ex-presidente responsável por matar milhares de brasileiros, um ex-presidente responsável por cortar milhões da educação, finalmente foi feita justiça e agora está inelegível, e a nossa cidade precisa comemorar hoje a inelegibilidade do Bolsonaro. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, quero mostrar aqui para todas e todos a situação em que se encontra, neste momento, a escola Dolores Alcaraz Caldas, na Restinga.

(Procede-se à projeção de imagens.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Enquanto o prefeito brinca de decretos, deu posse hoje ao novo secretário da Educação, mas ele não foi dar posse para o secretário numa escola, ele se escondeu no Paço Municipal, porque a escola Dolores está fechada, sem água, e tem um cartaz na porta da escola que diz o seguinte: “Sem água, a educação seca”. Esse é o resultado da incompetência deste prefeito. É uma vergonha, em pleno 2023, numa cidade às margens do Guaíba, tendo água em abundância, a água não chegar até uma escola com mais de mil estudantes na periferia. Nós temos, no Paço Municipal, alguém que quer ser chamado de prefeito, mas na verdade é o inimigo do povo

trabalhador, é o inimigo das nossas crianças. Esse cidadão não pode mais continuar à frente da Prefeitura. É escândalo em cima de escândalo. Eu estive no Ministério Público de Contas denunciando a EPTC que não executa mais as multas de trânsito das empresas privadas, a ATP está mandando na Prefeitura, mandando na EPTC. Essa é a vergonha, meses e meses a escola clama, pede, implora. A secretária anterior não foi lá, o secretário novo, hoje, ao invés de tomar posse na frente dessa escola e assinar o compromisso de que amanhã teria água lá, não o fez, se escondeu no Paço Municipal para as fotografias, os holofotes dos noticiários. Amanhã vão dizer que chegou o novo secretário, mas a incompetência será a mesma, porque o governo não mudou, o governo está de joelhos aos poderosos da cidade, que não atendem aos interesses dos mais pobres, apenas aos interesses daqueles que sempre mandaram nesta cidade. É por isso que eu me indigno e não me calo. Nós, do partido das trabalhadoras e dos trabalhadores, não deixaremos acontecer esse desrespeito contigo, contribuinte. O prefeito diz que não tem dinheiro para colocar água nas escolas, dez escolas com problema de caixa d'água, mas deu isenção de R\$ 70 milhões para a Fraport. Esta é a realidade. O DMAE tem dois mil cargos vagos, e o prefeito não faz concurso porque quer que a população fale mal do departamento que ele administra de forma incompetente. Ele também trocou o diretor, tirou um e colocou outro, mas não fez os serviços acontecerem para o povo. Os engenheiros estão amordaçados, os técnicos científicos estão amordaçados, os operários estão sendo vilipendiados, porque o prefeito mandou seus camaradas botarem um projeto em tramitação que aumenta o salário do prefeito em quatorze impressionantes mil reais, 62% de aumento, e para os servidores da capital ele oferece cinco e pouco por cento, parcelados em três vezes. Sim, para a técnica de enfermagem, para o enfermeiro, para o professor, para o monitor, para a gari são só cinco e pouco; para o prefeito são impressionantes 62%. Aí uma servidora disse: “Prefeito, por que não dar o mesmo aumento que o senhor quer dar para si, pra mim, pra nós?” Ele disse: “Não sou eu que estou querendo dar, são os vereadores que querem me dar”. Mas o que é isso? É muita caradura! Eu não quero dar aumento nenhum para prefeito nenhum! Ele que vá trabalhar, primeiro, por Porto Alegre, vá asfaltar a periferia, vá fazer obra pública antes de pedir aumento. Parece aqueles que se escondem, se escondem e pedem aumento. Não tem moral, não tem moral para receber aumento nem aqui nem lá na China, prefeito Melo, enquanto tiver seis mil crianças fora da sala de aula, enquanto tiver criança sem merenda há duas semanas, porque a empresa saiu. A empresa terceirizada saiu, as funcionárias não estão nas escolas, estão sem merenda! O senhor está com a barriga bem cheia, está fazendo três refeições, não é? Pois, nas escolas, não está tendo refeição, não está tendo merenda. Eu espero desse secretário que ele vá nas escolas, coloque merendeiras, cozinheiras. Aí eles questionam: “Ai, meu Deus, tem duas CPIs.” Era para ter quatro CPIs pelo tamanho da vergonha que é a educação da capital: salários defasados, crianças passando fome. Encerro por aqui triste, porque é muito triste pra mim vir até esta tribuna ter que denunciar, periodicamente, o prefeito, que ganha R\$ 21mil de salário, mas não trabalha o equivalente ao salário mínimo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores, vereadoras, público que assiste à TVCâmara; eu gostaria de parabenizar a Procuradoria da Câmara de Vereadores e também o Presidente Hamilton Sossmeier, porque adotaram a decisão sensata em relação ao nosso pedido de Comissão Parlamentar de Inquérito. O líder do governo, em alguns momentos, chegou a dizer que seria impossível ser instalada a comissão parlamentar proposta pela Ver.^a Mari Pimentel, assinada por várias vereadoras e vereadores da oposição. Tentou, de todas as formas, impedir que isso ocorresse, mas, felizmente, primou a decisão transparente e democrática a partir do estudo da Procuradoria da Casa e da decisão do Presidente, que garantiu que nós tenhamos, de fato, uma Comissão Parlamentar de Inquérito, porque é evidente que, se nós tivéssemos apenas uma CPI presidida ou impulsionada pelo líder do governo, nós teríamos aquele clássico caso da raposa tomando conta do galinheiro. Isso não é correto, não é eticamente adequado e, felizmente, não irá ocorrer. Nós teremos, de fato, uma investigação do que ocorreu na Secretaria Municipal de Educação aqui, na cidade de Porto Alegre. Nós temos feito várias denúncias, algumas já foram amplamente noticiadas, como o desperdício de milhões de reais dos cofres públicos na compra de material sem planejamento. É lógico que o objetivo da CPI não é simplesmente esse, se fosse esse, talvez, nem fosse necessária a CPI, porque a comprovação do desperdício é lógica, é evidente, já está comprovado que existiu desperdício. Mas é preciso também saber se, além de falta de planejamento, teve algum tipo de planejamento de desvio de recursos públicos, porque nós temos visto isso. Depois de inúmeras denúncias, depois de já se ter feito o protocolo para se instalar uma Comissão Parlamentar de Inquérito, ainda, o grupo de investigação da RBS veio com uma nova notícia, uma nova irregularidade claríssima, que foi essa contratação da SLP – Serviços de Limpeza e Portaria, dessa empresa que, por incrível que pareça, estava proibida, por lei, de prestar serviços ao poder municipal. Um parecer da Procuradoria do Município, Ver. Cassiá, dizendo que essa empresa não podia contratar com o município – um parecer da Procuradoria, não da oposição, não é do PSOL, é da Procuradoria! E mesmo assim, de 2021 até agora, essa empresa recebeu quase R\$ 39 milhões. Mas o que é isso? São R\$ 39 milhões, uma empresa investigada pela Polícia Federal por denúncia de irregularidade no município de Rio Pardo, mas aqui em Porto Alegre é fácil, mesmo tendo o parecer da Procuradoria, que eu acho que teve a sensatez de cumprir a lei, porque cabe à Procuradoria cumprir a lei, mas o governo não cumpriu a lei, a secretaria não cumpriu a lei. Mais uma, e isso foi depois do pedido da CPI. Eu já não sei qual a soma total de recursos públicos que estão sob suspeita, porque nós falávamos antes de até R\$ 107 milhões, R\$ 110 milhões, vereadora Mari; agora tem que somar mais R\$ 40 milhões. E é lógico que tem que ficar sob suspeita uma empresa investigada pela Polícia Federal, proibida de prestar serviço para o Município, e vai lá o governo e faz os contratos com essa empresa.

E nós temos que saber se é só na Secretaria Municipal de Educação, pois muita gente, quando viu que eu estava demandando a realização de uma CPI na educação, me demandava: “Robaina, por favor, nós precisamos de investigação também da saúde.” Nós vamos buscar investigar o conjunto dos programas que há no Município de Porto Alegre, porque eu estou convencido que, se tem quase R\$ 200 milhões sob suspeita na Secretaria de Educação, imaginem na saúde. Mas tudo bem, nós vamos focar e nós vamos realizar um trabalho sério para que se possa, de fato, fazer com que a Câmara dos Vereadores cumpra com a sua obrigação, que é de fiscalização do Executivo municipal. Infelizmente, parece que tem problemas graves, mas felizmente não conseguiram abafar a possibilidade de a Câmara de Vereadores cumprir com a sua obrigação. Muito obrigado, Presidente; obrigado, vereadores e vereadoras.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. João Bosco Vaz está com a palavra e Grande Expediente. (Pausa.) Ausente. O Ver. Jonas Reis está com a palavra e Grande Expediente. (Pausa.) Ausente.

(15h31min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereadora Fernanda Barth (PODE) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada de tramitação do Requerimento nº 118/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego a Emenda nº 01, de autoria do Ver. Pedro Ruas, do Ver. Prof. Alex Fraga e da Ver.^a Karen Santos, ao PLE nº 014/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 01 ao PLE nº 014/23 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo o requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos, deferido pela presidência, solicitando votação em destaque para a Emenda nº 01 ao PLE nº 014/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Solicito às lideranças que se aproximem da Mesa. (Pausa.)

Vereador Pedro Ruas (PSOL) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 455/22, passar à discussão e votação do PLL nº 115/23.

Vereador Idenir Cecchim (MDB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 115/23, passar à discussão e votação do PLL nº 236/22, que também de título.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB) (Requerimento): Só quero perguntar, Ver. Idenir Cecchim, Ver. Robaina, Ver. Pedro Ruas, se há acordo das lideranças para nós votarmos os quatro projetos de títulos? Claro que tem de ser individual, mas votarmos em sequência. Pode ser?

Vereador Roberto Robaina (PSOL) (Requerimento): Pode ser. Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem de priorização de votação, para que possamos, logo após a discussão e votação do PLL nº 236/22, passar à discussão e votação do PLL nº 334/22.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLL nº 072/23 da ordem de priorização de votação.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do Requerimento nº 128/23 na priorização de votação da presente sessão, sendo apreciado após a votação dos títulos.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Jonas Reis (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos apreciar o PLL n° 310/22 em sétimo lugar na ordem de priorização de votação, após os títulos e o Requerimento n° 128/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Jonas Reis. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Alvoní Medina (REP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada de priorização do PLL n° 048/23, sendo novamente priorizado na sessão ordinária prevista para a próxima quarta-feira e que seja a primeira matéria a ser apreciada na ordem de priorização de votação da próxima sessão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Alvoní Medina. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. N° 0926/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO N° 455/22, de autoria do Ver. Jonas Reis, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao Sr. Luiz Antonio de Assis Brasil e Silva. **(SEI 210.00549/2022-70)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Márcio Bins Ely: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Giovani Culau e Coletivo: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA – art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- adiada a discussão por uma Sessão em 21-06-23;
- incluído na Ordem do Dia em 19-06-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL n° 455/22](#). (Pausa.) O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre, venho até esta tribuna para contar um pouquinho dessa personalidade que é um escritor de muitas produções: de 1976, Um Quarto de Léguas em Quadro, muitos de nós já lemos; de 1985, As Virtudes da Casa; de 1987, Cães da Província. Nós queremos conceder essa honraria do Título de Cidadão a Luiz Antonio de Assis Brasil, nascido em 1945, escritor muito renomado; vai ser um orgulho, com certeza, para toda cidade que a gente possa contar com esse nome na nossa galeria, um escritor, um professor, alguém que contribui sobremaneira, inclusive com as suas famosas oficinas, para que tantas outras pessoas possam aproveitar e contribuir com a sociedade através da arte da escrita. Espero que a gente possa ter a unanimidade na concessão deste título. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal o PLL nº 455/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 34 votos **SIM**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0454/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 236/22, de autoria do Ver. Mauro Zacher, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Claudio Affonso Amoretti Bier. **(SEI 042.00025/2022-95)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Jonas Reis: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA – art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 03-05-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 236/22](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Eu queria apenas fazer um registro: agradecer o Ver. Cecchim, líder do governo, que trouxe para a Ordem do Dia como um dos primeiros este projeto de autoria do Ver. Mauro Zacher, e, em especial, o

Ver. João Bosco Vaz, que nos acompanha remotamente, que foi quem priorizou também este projeto em homenagem ao nosso querido vereador. Então fica aqui o nosso pedido e o nosso apelo para que possamos aprovar por unanimidade este projeto. Muito obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal o [PLL nº 236/22](#). (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 29 votos **SIM**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

(discussão: todos os Vereadores/05 minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0245/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 115/23, de autoria do Ver. Pedro Ruas, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Elton Bozzeto. (SEI 207.00018/2023-71)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Engº Comassetto: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Giovane Byl: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA – art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- adiada a discussão por duas Sessões em 21-06-23;
- incluído na Ordem do Dia em 14-06-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 115/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 115/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** com 33 votos **SIM**.

Vereador José Freitas (REP) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito alteração da ordem de priorização de votação, para que possamos, após o PLL nº 310/22 e o Requerimento nº 128/23, votar o PLL nº 317/22, de minha autoria, que revoga uma lei. Então por que eu estou pedindo alteração? Porque preciso de 24 votos, como é uma revogação de uma lei de minha autoria e foi por causa do erro da Prefeitura, por isso temos que revogar e depois eu explico na tribuna. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. José Freitas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0662/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 334/22, de autoria do Ver. Roberto Robaina, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao Sr. Carlos Henrique Latuff de Souza. (SEI 050.00064/2022-84)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Leonel Radde: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Giovanni Culau e Coletivo: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 20-03-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 334/22](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 334/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 6 votos **NÃO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Mônica Leal registrou a intenção de votar “não”.

Vereadora Cláudia Araújo (PSD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito alteração na ordem da priorização de votação para que, após os títulos, apreciemos, pela ordem: o PLE nº 013/23, o PLL nº 317/22, o Requerimento nº 128/23 e o PLE nº 014/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Cláudia Araújo. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

PROC. Nº 0233/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 119/22, de autoria da Ver^a Bruna Rodrigues, que concede o título de Cidadão Emérito de Porto Alegre ao Sr. José Carlos da Silva Junior. (SEI 221.00038/2022-47)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relatora Ver^a Comandante Nádia: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CECE**. Relator Ver. Giovane Byl: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, V, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 05-04-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 119/22](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação nominal o PLL nº 119/22. (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 24 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Moisés Maluco do Bem registra a intenção de votar “sim”.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0571/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 013/23, que altera as tabelas Programa de Trabalho e Natureza da Despesa integrantes da Lei nº 13.340, de 21 de dezembro de 2022, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Porto Alegre para o exercício econômico-financeiro de 2023. (SEI 118.00439/2023-19)

Parecer:

- da **CEFOP**. Relatora Ver^a Biga Pereira: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, maioria simples de votos, presente a maioria absoluta dos Vereadores – art. 53, *caput*, c/c art. 82, *caput*, da LOM;
- o Projeto será votado com as Emendas com Parecer pela aprovação, nos termos do art. 120, VI, do Regimento da CMPA;
- para a votação em separado de Emenda com Parecer pela aprovação ou rejeição, será

necessário requerimento subscrito por um terço dos membros da Casa – art. 120, VI, do Regimento da CMPA;

- durante a Ordem do Dia não serão admitidas Emendas (art. 120, § 2º, do Regimento);
- incluído na Ordem do Dia em 03-07-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLE nº 013/23](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0620/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 310/22, de autoria do Ver. Jonas Reis, que garante o fornecimento de alimentação especial para estudantes que possuam restrições alimentares ou que necessitem alguma suplementação específica na merenda escolar das instituições da Rede Municipal de Ensino (RME) do Município de Porto Alegre. **(SEI 210.00402/2022-80)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Tiago Albrecht: pela existência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOP**. Relator Ver. Roberto Robaina: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Marcelo Sgarbossa: pela aprovação do Projeto (empatado);
- da **CECE**. Relator Ver. Gilson Padeiro: pela rejeição do Projeto;
- da **COSMAM**. Relatora Ver^a Lourdes Sprenger: pela rejeição do Projeto.

Observações:

- adiada a discussão por uma Sessão em 21-06-23;
- incluído na Ordem do Dia em 24-04-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 310/22](#). (Pausa.) Não há quem queira discutir. (Pausa.) (Pausa.) Em votação. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, por este projeto ser inconstitucional, de boa ideia, mas inconstitucional, eu recomendo à base o voto “não”.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 310/22, como autor.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta discussão, para que se entenda este projeto (Lê.): “Fica garantido o fornecimento de alimentação especial para estudantes que possuam restrições alimentares ou que necessitem alguma suplementação específica na merenda escolar das instituições da Rede Municipal de Ensino – RME”. Existe um Programa Nacional de Alimentação Escolar que manda dinheiro direto para as prefeituras e governos estaduais. Através desse procedimento legislativo, a gente quer garantir, por exemplo, às crianças diabéticas que elas sejam entendidas como crianças diabéticas, que não se ofereça alimentação comum para as demais. Ou alguém, aqui na nossa cidade, acha que diabetes tem só em adultos? Eu queria questionar as pessoas que muitas vezes não podem consumir açúcar, os adultos que têm consciência cuidam da sua saúde. E nós, na escola, nós, representantes do povo, nós somos os adultos que temos que cuidar dessas crianças. O que eu estou pedindo aqui é um gesto pelos mais pobres da capital. O Estado não pode virar as costas aos mais vulneráveis. Até quando nós vamos deixar? Muitas vezes, pessoas com deficiência também têm diferentes possibilidades de alimentação que devem ser observadas. E aí, na escola, é uma única merenda para todas e todos. Como ficamos, se uma criança, por exemplo, não pode se alimentar com sólidos e naquele dia só fizeram sólidos na escola? Esse é um questionamento.

O nosso projeto, gente, é muito simples, ele é pela diversidade das crianças. Diversidade. Não adianta a gente falar uma coisa e fazer outra. Este projeto não é para a maioria, vereadoras e vereadores; é para uma minoria de pessoas que precisam ser acolhidas. Não é possível que um Estado como a Prefeitura Municipal, com uma arrecadação de mais de R\$ 10 bilhões não observe este projeto. E aqui me dirijo ao líder do governo, que veio aqui e fez uma fala. E peço que vocês entendam que é diante também do laudo que as famílias vão trazer para a escola. É uma adaptação que os setores de nutrição têm que fazer. E não é nada complexo. Não é nada complexo, mas é preciso que, realmente, aqueles que defendem todas e todos, defendem a juventude, defendem a escola olhem com carinho para este projeto. Se aqui já votaram isenção de impostos para CNPJs, empresas poderosas como a Fraport, com isenção de mais de R\$ 70 milhões. Nós estamos pedindo aqui um projeto que não vai impactar o caixa da Prefeitura em nada, porque é a verba que vem direta, nacional.

Então, eu quero pedir, encarecidamente, pelas mães, pelos pais, por essas crianças que têm intolerância à lactose, intolerância ao glúten. A sociedade avançou, gente, olhem com atenção para isso, olhem para essas crianças, por favor! Olhem para as nossas escolas, são 99. Eu quero pedir com carinho para vocês, votem com a mão na consciência e a outra no coração, pelo futuro de Porto Alegre, pela juventude, que tem que ser olhada na sua diversidade. Não vamos estabelecer, através da merenda escolar, também a meritocracia mais uma vez, que ataca as periferias principalmente. Vamos

garantir que a gente possa dar um passo adiante na alimentação escolar para todas e todos. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 310/22.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, colegas vereadores, a Secretaria Municipal de Educação tenta dizer que já existe a lei. Mentira, pura mentira! Porque uma criança que nem a minha filha, que pode comer pedra, ela caminha numa praça e pode comer pedra e pode comer grama, mas não pode comer uma bala que tenha leite; ela não pode comer uma massa que tem glúten; ela não pode comer um iogurte, porque tem soja. E ela não pode ir para escola, porque no Município não tem comida especial para nenhum tipo de criança especial, com diabetes, com intolerância, não, com alergia à proteína do leite, com intolerância, não, com alergia à soja, com alergia aos amidos. Alergia. Uma criança que se contorce de dor se comer um produto contaminado; uma criança que as suas fezes são só sangue se comer um produto contaminado; uma criança que vive há um ano com asma quando come algo contaminado, e aí nós viemos dizer que tem? Não tem! É mentira! Não tem! A minha filha ficou quatro anos sem poder ir para uma escola, porque não tem! Mentira da SMED, não tem! E as escolas particulares não permitem que os pais levem, porque a lei não permite. Tem lei aqui nesta Casa para discutir isso também. Eu não transformei a minha dor em luta; eu não transformei a minha dor de levar a minha filha em um aniversário e ela não poder comer nada no aniversário e querer ir embora. Não transformei porque é minha, é minha. A minha mulher ficou quatro anos amamentando a minha filha porque ela só podia tomar leite materno; a minha mulher ficou mais de quatro anos só comendo peixe, frango, brócolis, couve, arroz e feijão para amamentar a minha filha. Não tem! Se nós queremos que crianças com diabetes possam frequentar a rede pública, se nós queremos que crianças, não celíacas, mas completamente alérgicas ao glúten possam estar nas escolas convivendo com os nossos filhos, nós temos que aprovar essa lei, porque não existe, não tem. Tem dois projetos meus aqui, um permitindo que os pais levem comida para a escola, que eu nem fiz questão de votar, porque depois, convivendo com a minha filha, eu vi que era um projeto idiota e burro, porque a minha filha, em dois meses, parou de comer na escola, Ver. José Freitas, sabe por quê? Porque ela não comia a comida dos coleguinhas, ela não se servia no *buffet* com os coleguinhas, ela não queria mais comer marmitta, e a escola, porque é particular – graças a Deus eu posso pagar uma escola particular, que permite que a minha filha tenha acessibilidade –, permitiu que eu levasse outro azeite, depois a escola trocou o azeite, que era de soja, por um azeite que ela pudesse comer e readequou a alimentação para que ela poder comer junto com os colegas. Quando eu vi que isso que eu propunha era algo discriminatório com uma criança com alergia, eu deixei parado aqui na Câmara. Não é o pai levar a comida de casa, é a escola permitir que a criança seja realmente incluída, que a criança possa comer com seus colegas. Peço para cada um de

vocês imaginar um filho ou um neto no supermercado e ele querendo comer de tudo dentro daquele supermercado, não podendo comer nada. Essa tem sido a vida da minha família, essa tem sido a minha vida, procurar um restaurante em que a minha filha possa comer, essa tem sido a realidade da minha família, poder dar para minha filha somente o que ela pode comer. Eu posso pagar uma escola para minha filha, e se eu não pudesse? Onde é que ela estaria? Em casa. Não pode comer! Eu não estou falando de alergia à lactose, estou falando de alergia à proteína do leite, eu estou falando em alergia geral ao glúten. Há várias alergias que hoje surgem, e não vou nem falar da minha filha, vou falar das crianças autistas – todas elas têm uma alergia, por incrível que pareça, todas! Então, para que as crianças possam comer “pedra”, para que as crianças possam interagir com seus colegas, eu acho que nós devemos aprovar, porque até hoje a SMED não provou que está cumprindo isso, até hoje a SMED não botou em prática, se é que existe lei, isso. Precisamos reforçar a vontade do povo de Porto Alegre de ser uma cidade inclusiva, em que as crianças possam aprender, desde pequenas, a respeitar os diferentes. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Vitória Cabreira está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 310/22.

VEREADORA VITÓRIA CABREIRA (PCdoB): Presidente Hamilton Sossmeier, vereadores presentes aqui, volto a essa tribuna para encaminhar favoravelmente ao projeto de lei de autoria do Ver. Jonas. Primeiro me espanta ver o governo indicando o voto não a esse projeto, que é um projeto importante para nossa cidade. Eu puder ser estagiária em uma creche na Restinga, Presidente Hamilton Sossmeier, quando estudava pedagogia; hoje, estudo nutrição. Quando eu estagiei nessa creche, em meio à pandemia, tínhamos mães de crianças do berçário que tinham que levar as fórmulas para os seus filhos, porque a escola acabava não dando a fórmula que o filho precisava. Eu estou falando de uma creche localizada na Restinga Velha, um bairro carente da nossa cidade, em que as mães tinham que pagar 90, 100 reais para garantir que a sua filha, que o seu filho tivesse a segurança de estar se alimentando bem naquele espaço. Então eu estou compartilhando aqui porque nós estamos falando da vida de cada criança presente naquelas creches, naquelas escolas. Nós estamos falando de uma alimentação que a criança precisa; nós não estamos falando de um projeto qualquer, mas de um projeto que é importante para a vida das crianças aqui em Porto Alegre. É uma contradição o que o governo Melo faz porque, na semana passada, apresenta um projeto de escola bem cuidada; quer entregar a educação para meia dúzia de empresários, quer fazer com que a nossa educação vire mercadoria, enquanto isso quer votar contrário ao projeto que garante que o estudante, que aquela criança, que ele jovem tenha uma alimentação adequada conforme a sua restrição. Então é um absurdo que o encaminhamento do voto do governo seja “não”.

Eu quero aqui reforçar que a bancada do PCdoB vota “sim” e solicitar que os vereadores da base do governo possam repensar o seu voto e, a partir, disso votar “sim” para um projeto que é importante para cidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 310/22, pela oposição.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Sr. Presidente, vereadores e vereadoras, todo público que nos assiste, vou seguir o conselho aqui do meu ex-colega de bancada e amigo Ver. Mauro Pinheiro, para construir pontes. Esse é o tipo de projeto, Ver. Pedro Ruas, que não dá para nós embarcarmos na lógica da grenalização: se eu sou de um time, o outro é contra. Este é um projeto, Ver.ª Mônica Leal, que tem que ser votado universalmente por esta Casa. Porque, primeiro, não existe inconstitucionalidade no projeto. Se tem uma lei nacional que protege esse tema, chama se [ECA](#) – Estatuto da Criança e do Adolescente –, que tem 32 anos. E o que que diz o ECA? Importante para proteção da criança e do adolescente, desde 1990, o ECA tem sido apontado como um importante ordenamento democrático que trata como direito fundamental a garantia ao direito à alimentação saudável e adequada. E o que o projeto está propondo aqui, vereadores, e aqui eu quero falar para o Ver. Conselheiro Marcelo, quero falar para o ex-conselheiro Ver. José Freitas, quero falar para o Ver. Prof. Alex, quero falar para a Ver.ª Psicóloga Tanise Sabino que trabalha com o tema da psicoterapia, quero tratar com todos os colegas vereadores, Ver.ª Mari Pimentel, que tanto debate o tema da educação. Ver. Claudio Janta, o senhor falou aqui uma frase significativa: “Eu tenho condições de atender as necessidades dos meus filhos que têm necessidades especiais”. Ver. Cecchim, e as 50 mil crianças de Porto Alegre que não têm esta condição? Bom, isso é um processo, tem que ir implantando aos poucos, implementando aos poucos, tem que buscar o apoio nutricional; nós temos que suprir as escolas de nutricionistas e, assim, sucessivamente. Tem que comprar do Programa Alimento Saudável, do governo federal, que abastece as escolas com a agricultura orgânica, sem venenos, porque senão corremos o risco dos cânceres, e assim sucessivamente; isto é processo.

Então eu venho aqui, em nome da bancada de oposição, agradecer ao líder Ver. Roberto Robaina, por trazer essa fala e dizer que a oposição vota unânime a favor do projeto, mas a oposição está dizendo: “Este não é um projeto de grenalização! Não é porque vem de um campo que os outros têm que votar contra, e vice-versa”. Há poucos minutos, nós votamos unificados um conjunto de projetos aqui, projetos de lei, votamos unificados, aprovamos todos. Este é um projeto que devemos, pela consciência social desta Casa, pela defesa das crianças, dos adolescentes e daquelas famílias que hoje são invisíveis, que não conseguem alimentar saudavelmente os seus filhos que sofrem de alguma doença, como a restrição alimentar. Então, pedimos a todos aqui que, por unanimidade, possam aprovar esse projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 310/22.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, analisando esse projeto de lei vejo que a lei federal já existe – Lei nº 11.947, de 16 de junho de 2009, e alteração na Lei nº 12.982 de 2014 –, mas o que importa, Ver. Janta, uma lei que, teoricamente... Eu fui procurar a curva para aprová-la, e como não tinha a indicação de onde sairia o dinheiro, eu fui ver. Já que ela está sendo aplicada, ela não tem esse impedimento. Ver. Jonas Reis, o projeto é seu, mas o Ver. Janta me comoveu e eu acho que o coração de cada um daqui: mostrou a dificuldade de um pai, que vem aqui e abre o coração, abre a alma, abre a intimidade, não tem lei que segure isso. Por isso eu quero dizer, com toda responsabilidade que nós temos – líder do governo, vice-líder do governo e todos nós –, com todo o respeito, eu digo aqui que eu libero a base, mas eu voto a favor do projeto. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 310/22.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Prezado Presidente Hamilton Sossmeier, vereadores e vereadoras, público que nos assiste, eu quero me dirigir mais ao Ver. Cecchim, porque isso é algo inédito no Parlamento em geral, Ver.^a Mônica Leal, Ver. Cassiá, Ver. Janta, isso é algo inédito, porque nós falamos muito – está falando alguém aqui com sete mandatos – nos debates de tribuna. Não há debate, nunca vi ninguém convencer ninguém de tribuna aqui, as posições estão fechadas, Ver. Mauro Pinheiro, nós sabemos. Aqui as pessoas vêm expressar a sua posição, mas não vão convencer os colegas; os colegas que vão votar de um jeito vão votar daquele jeito. Não vejo ninguém convencer ninguém de tribuna, ninguém, em sete mandatos, Ver. Cassiá Carpes, ninguém convence. “Não, vamos ouvir na tribuna”. Não, o que é contrário vai ficar brabo; o que é a favor vai ficar contente, é isso. Ninguém convence ninguém de tribuna. Não há essa sensibilidade, e eu não estou reclamando deste plenário, porque em todos é assim, em todos. Mas o Ver. Cecchim deu uma demonstração aqui de sensibilidade extraordinária. É verdade que o discurso do Ver. Janta foi algo especial, mas já houve outros, do próprio vereador, que, por sinal, fala muito bem, com muita emoção. Então, Ver. Culau, o que acontece agora, e V. Exa., que é muito jovem, não verá mais, não verá mais, vai demorar uns 50 anos para ver de novo. É alguém – ainda mais o líder do governo – se sensibilizar com um discurso de tribuna contrário à sua posição, vir à tribuna e mudar a sua posição. Então quero elogiar muito. Claro, o Ver. Janta foi extraordinário, o Ver. Jonas propôs o projeto; mas eu quero dedicar esta fala ao Ver.

Idenir Cecchim, pela sensibilidade raríssima em qualquer plenário do mundo. Parabéns, obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o PLL nº 310/22. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, quero aqui agradecer a todas e a todos que entenderam da importância, principalmente ao Ver. Janta, ao Ver. Cecchim, ao Ver. Pedro Ruas, ao Ver. Comassetto, à Ver.^a Vitória, que se pronunciaram a favor dessa peça tão importante para que a gente construa mais direitos em Porto Alegre. Isto é bonito de ver nesta tarde: apesar das diferenças ideológicas que temos, entendemos que o povo está em primeiro lugar. Eu fico muito feliz e emocionado com essa decisão; com certeza, vamos levar isso ao conhecimento de toda a rede municipal, das famílias, que são mais de 60 mil alunos matriculados, e, destes, muitos agora poderão acessar esse direito à alimentação escolar especial. Vitória de Porto Alegre, não só da Câmara.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro. Parabéns, Ver. Jonas.

Vereador Claudio Janta (SD): Sr. Presidente, quero agradecer aqui a grandiosidade do Ver. Idenir Cecchim, que eu sei que tomou essa decisão dele, e a Ver.^a Cláudia e o Ver. Moisés tomaram essa decisão em plenário – eu já fui líder aqui, sei como é que é isso, a dificuldade de tomar essa decisão –, e a todos membros desta Casa, um projeto que vem da oposição, mas um projeto que é da cidade, e todos nós entendemos que temos que entregar esse direito às crianças alérgicas. Muito obrigado a todos.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0635/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 317/22, de autoria do Ver. José Freitas, que altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 13.140, de 1º de junho de 2022, alterando a denominação do logradouro de Maria Amelia Bonifacio para Cedro Rosa. **(SEI 034.00336/2022-62)**

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Ramiro Rosário: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relator Ver. Jessé Sangalli: pela aprovação do Projeto;

- da **CECE**. Relator Ver. Giovane Byl: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA - art. 82, § 2º, IV, da LOM;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 24-05-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 317/22](#). (Pausa.) O Ver. José Freitas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JOSÉ FREITAS (REP): Colegas vereadores, Presidente Hamilton e público nos assiste, tratamos aqui do PLL nº 317/22 que altera a ementa e o art. 1º da Lei nº 13.140, de 1º de junho de 2022, uma lei bem recente, de minha autoria, alterando a denominação do logradouro de Maria Amélia Bonifácio para Cedro Rosa, e explico o porquê, colegas: eu sou contra revogar lei, mas essa aqui é uma lei de minha autoria, e digo pra vocês que estamos revogando por causa de um erro da Prefeitura, que mandou, Ver. Pedro Ruas, um croqui errado. Como lá na Chácara do Banco tem dois becos A, eles mandaram o croqui de um beco que não era o que estávamos indicando. Eu só me dei conta, quando vi a placa pronta da Imobi, que era a rua errada. Projeto inicial nós protocolamos para que, no Beco A, da Chácara do Banco, venha a ser Maria Amélia Bonifácio, pedido de sua filha, Fernanda, e com concordância de todos os vizinhos, com abaixo-assinado. Para reparar o erro, então devemos revogar essa lei, onde foi aprovado Maria Amélia Bonifácio, ficará Cedro Rosa, com a concordância dos moradores, com abaixo-assinado. Então onde nós estamos revogando Maria Amélia Bonifácio, não vai ficar sem nome, já está tramitando, nesta Casa, com concordância de todos os moradores da rua, do Beco A, vai ficar então Cedro Rosa. O projeto da Cedro Rosa já está em tramitação nesta Casa, e o nome Maria Amélia Bonifácio irá para o Beco A, beco certo, onde mora toda família da Maria Amélia. Então é por isso que estamos revogando, porque existem dois Becos A, e a Prefeitura mandou o croqui errado. Agora vai ficar Maria Amélia no beco certo. Era isso, colegas. Eu só vim explicar porque nós precisamos de 24 votos; se os colegas entenderem que não devemos revogar, só que aí vai ficar Maria Amélia onde não mora a família da Maria Amélia. Não sei se consegui explicar, mas é mais ou menos isso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal o PLL nº 317/22. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 28 votos **SIM**.
O Ver. Idenir Cecchim registra a intenção de ter votado “sim”.

Vereador Marcelo Sgarbossa (sem partido) (Requerimento): Sr. Presidente, eu gostaria de pedir a retirada da priorização de votação o PLCL nº 009/21.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO NOMINAL

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0589/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 014/23, que autoriza a contratação de Técnico Industrial, Montador Eletromecânico, Operador de Máquinas Especiais, Fresador e Soldador Industrial para o Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), por prazo determinado, para atender necessidade temporária e de excepcional interesse público. **(SEI 118.00445/2023-68)**

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR e CUTHAB**. Relator-Geral Ver. Idenir Cecchim: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto.

Observações:

- para aprovação, voto favorável da maioria absoluta dos membros da CMPA – art. 82, § 1º, III, da LOM;
- incluído na Ordem do Dia em 03-07-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLE nº 014/23](#). (Pausa.) O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLE nº 014/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que nos assiste pelas galerias, também nas mídias sociais, nós iremos votar “sim” nesse projeto, mas eu gostaria de ressaltar que o governo precisa tomar uma decisão sobre o DMAE. A nossa bancada já passou para o governo, a imprensa já sabe que inclusive não é necessário que o prefeito mande para esta Casa as parcerizações, concessões, privatizações, usem o eufemismo que quiserem, o sinônimo que puderem. Mas fato é que nós precisamos que o governo tenha coragem de tomar essa decisão, afinal nós temos o vice, que é liberal, que conta com o meu apoio, aliás, na maioria dos processos, mas que tem que ser liberal até o fim. É preciso, de uma vez por todas, que o governo ache uma solução definitiva para o saneamento básico. Estamos há um ano e quatro meses da eleição, e todos sabemos que isso, líder Cecchim, se vota em ano ímpar, e eu comecei na política ontem. Vossa Excelência tem os cabelos brancos de

experiência, de Presidente desta Casa, líder do governo e etc. Nós precisamos de um novo modelo. Nós precisamos da privatização do DMAE. O governo está achando um meio termo que é um modelo implementado no Rio de Janeiro que me parece que contempla com aquela *fake news* de que vão privatizar a água. Bom, então pelo menos a captação e o trato continuariam públicos. Então nós vamos votar “sim” porque parece uma medida razoável para este momento, especialmente agora com o ciclone que passou por aqui e nós vimos que há defasagem. Mas eu reitero que eu espero do governo, e o governo conta com nosso apoio, líder Cecchim, para a concessão do DMAE, para uma nova política de saneamento. Nós precisamos votar esse tipo de projeto, porque lá na ponta é o mais pobre que sofre, é o pessoal lá da Nova Barreto, na Lomba do Pinheiro; da Cooperativa União do Vale, também na Lomba do Pinheiro, que tem o esgoto correndo na frente de casa, numa área que sequer ainda foi parte do processo de regularização fundiária. Para mim, em Petrópolis, não falta água, o esgoto é recolhido. Agora, os mais pobres é que sofrem, tendo o esgoto na frente de sua casa, precisando de dignidade. Já se sabe por estudos técnicos, eu sei que há negacionistas na política, mas os estudos técnicos mostram que cada real investido em saneamento básico são três a menos no SUS, o Sistema Único de Saúde. Eu aproveitei esta ocasião para dar o nosso voto “sim”, mas, como este é um momento de discussão no parlamento, eu acho que nós, ou tenho certeza de que nós temos que cobrar o prefeito Melo, especialmente o vice Ricardo Gomes, que é liberal como nós, para que acelerem o processo de privatização, concessão, o que quer que seja. Peço que o líder Cecchim leve este recado para o governo: o NOVO está pronto para votar a privatização, a concessão, especialmente, porque nós, liberais, pensamos nos mais pobres. Queremos combater a pobreza, queremos levar saneamento para toda a cidade. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (NOVO): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para discutir o PLE nº 014/23.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Presidente Sossmeier, colegas vereadores e vereadoras; Ver. Cassiá, me refiro ao senhor, porque quero fazer referência ao senhor e à Ver.^a Mônica Leal, ao vereador que há poucos dias nos deixou, o Ver. João Antonio Dib, que era engenheiro. Compartilhei com ele aqui e com Todeschini, chegamos a ser três engenheiros nesta Casa. O Ver. João Antonio Dib sempre defendeu o DMAE em todas as instâncias, sendo ele engenheiro que foi, sendo ele dirigente do DMAE que foi, sendo ele prefeito que foi. Eu quero trazer esse debate principalmente com essa visão neoliberal, que é falsa, essa é uma visão do entreguismo. A visão de querer privatizar, vender o Departamento Municipal de Água e Esgoto – DMAE, que é uma joia de Porto Alegre, são os vendilhões da Pátria. Esses aí são os vendilhões do patrimônio público – é isso que está em debate. É essa a lógica. Portanto, vereadores Pablo e Cecchim, votaremos favoráveis a este projeto porque ele vem ao encontro do que temos defendido aqui há muito tempo. Há 10 anos, o Departamento Municipal de Água e Esgoto tinha 2,5 mil

funcionários; hoje tem 1,7 mil funcionários. Tem um déficit de 800 funcionários. É óbvio que as redes de água vão deteriorar. É óbvio que o tratamento vai ser ineficiente. É óbvio que, quando vier um ciclone, como esse que veio, vai faltar operador nas casas de bomba, como faltou, e aí as comunidades alagaram, é óbvio. Portanto, essa proposta de lei para contratar 25 trabalhadores, o que é? São operadores de máquinas especiais: fresador, soldador industrial para o Departamento Municipal. É para soldar os canos, é para fresar canos, que é um trabalho de metalurgia e solda. É necessário! E eu quero perguntar aos vereadores e às vereadoras aqui: vocês sabem quanto custa um metro cúbico de água tratada pelo nosso Departamento Municipal de Água e Esgoto? Custa R\$ 4,00, Ver.^a Lourdes, R\$ 4,00; é um dos serviços de menor custo no Brasil. E aí falam em privatizar, vem-me um privatista, um vendilhão da Pátria aqui, há poucos minutos, quero dizer para ele, Ver. Tiago, o seguinte: vai ver, em Manaus, a empresa que vocês querem trazer pra cá, que está sendo processada por todos os lados, que ela está há 30 anos em Manaus, que só tem 65% de água tratada. Em Manaus, Ver.^a Mônica, não falta água no seu entorno, por que isso? Manaus é a cidade que tem o menor índice de esgoto cloacal tratado do Brasil, e querem trazer essa empresa de lá pra cá. Presidente, peça para assessoria apresentar aqui, as cidades de Berlim, Paris, Londres, na Bélgica também, todos reestatizaram os seus serviços de tratamento de água e de energia elétrica. E Porto Alegre vai entrar na contramão da história? Por que reestatizaram? Pela ineficiência do setor público. Perguntem a Uruguaiana como é que está o preço da água lá em Uruguaiana, onde privatizaram, alguns anos atrás, quando o Sanchotene Felice foi prefeito daquela cidade. Pergunte, Ver. Tiago Albrecht, como está Uruguaiana. Traga os dados de Uruguaiana pra fazermos um debate aqui e eu quero ver se o senhor sustenta a privatização do DMAE. Faça uma consulta.

Eu faço um desafio aqui: vamos fazer um plebiscito, em Porto Alegre, perguntando se querem privatizar essa joia de Porto Alegre que é o DMAE. Vamos fazer um plebiscito. E vamos seguir o plebiscito. Se nós, que somos a favor do DMAE público, essa joia de Porto Alegre, vamos votar a favor desse projeto para esses trabalhadores, para qualificar o serviço. É fácil para quem mora em Petrópolis dizer isso; vai morar na Lomba do Pinheiro, na Hípica, na Aberta dos Morros, na Restinga, no Lajeado, onde falta água todos os anos, há 10 anos. É isso que tem que ser debatido: por que falta água, se, no ano passado, o DMAE fechou com R\$ 300 milhões no caixa, Ver. Cecchim? Nós temos que reinvestir na cidade. É esse o debate que nós queremos fazer, fraterno, mas defendendo aquilo que é uma joia de Porto Alegre. E esses trabalhadores são bem-vindos para ajudarem a manter o DMAE público. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está coma palavra para discutir o PLE nº 014/23.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudá-lo, Presidente Hamilton. Esse é um tema dos mais importantes do nosso Estado. Quero dizer ao Ver.

Tiago, que está chegando agora nesta Casa, que os liberais pensam que podem tudo. Na realidade, eles não podem nada, porque eles não têm representação. Primeiro, pra votar, nesta Casa, meu amigo Tiago, tem que ter voto; quem não tem voto não vota. Quem foi secretário sabe bem como é administrar, sabe como um setor funciona. O Melo aqui está dizendo para nós, e eu quero elogiar o prefeito Melo, porque essas terceirizadas que estão aí não estão dando tudo isso que nós esperávamos, e está recolocando, na sua ordem, pessoas que têm capacidade. Por exemplo, experiência que nós temos, muitos aqui foram secretários. Se tu terceirizas um trabalho e não tiveres do próprio órgão que fiscalize a terceirização, é esta confusão que está na cidade, confusão do lixo... Não conhece as empresas. Quando vê, deu tudo errado. Esse sistema que está aí... Eu não sou contra privatizações, mas já expressei aqui várias vezes, o DMAE é um dos que eu não privatizo, o Banrisul, porque o que dá certo não pode privatizar. É como entregar o filé para os empresários. Tem que entregar a carne de pescoço para eles, para ver se eles conseguem resolver. É muito fácil, o DMAE é dinheiro na boca do caixa, gente. Quem é que não paga água aqui? Todo mundo paga, a população paga. Aí nós vamos entregar... Aí inventaram agora, parceirização. Antes era terceirização, agora é parceirização. Então, muito cuidado, porque vão fazer os vícios de origem, os vícios que têm chegado a essas privatizações ou terceirizações ou parceirização não têm dado resultado bom. Nós temos exemplo pelo País afora. Às vezes, quando se tem as divisões nos governos, o liberal quer tudo, privatizar tudo. Pobre do Melo tem que estar segurando essa ponta lá dentro, “olha, querem privatizar, eles querem privatizar...” A população não pode cair nessa de privatizar porque nem tudo é para privatizar. A privatização tem que dar certo. Nós, que somos mais antigos aqui, quantas vezes o DMAE emprestou dinheiro para a Prefeitura? Eu não tenho certeza se pagaram; eu acho que não pagaram o DMAE. Então, a fama do DMAE sempre foi “o primo rico”, e era verdade. Aqui nós cansamos de aprovar o DMAE emprestando dinheiro pra a Prefeitura. Essas contratações, nós precisamos o DMAE fiscalize a terceirização, o que não acontece há muito tempo com os órgãos que comandam os serviços, ou que comandavam e hoje são terceirizados. Então, Ver. Tiago, para estabelecer um método, tem que ter voto, esta Casa não tem voto para privatizar ou para parceirizar, como diz. Não tem voto. Porque cada vez em que se explica a situação, não convence. É pior. Esse sistema está viciado, gente. Está viciado! Enquanto eu não tiver clareza de como vai ser o processo, eu não posso votar. Eu vou terminar dizendo o seguinte: eu não sou a contra privatização, eu sou contra os tipos de privatização que se faz que não tem dado certo no Brasil. E quem paga é a população, e a população de Porto Alegre já pagou muita coisa errada, de vários governos, e não pode continuar errando. Vai preparar a água, entregar a água pronta para os empresários venderem a água? Eu não vi nas reuniões em que eu fui, um político defender essa questão, eu vi técnicos, e aí me surpreende. O que querem esses técnicos? Político eu não vi nenhum na minha frente defender a parceirização nas reuniões em que eu fui. Eu não posso confiar em quem eu não conheço. Eu não posso confiar no sistema que ninguém tem a certeza. Obrigado, presidente, é por isso que eu, até agora, sou muito contra privatização ou parceirização

do DMAE, porque é nosso e tem dinheiro na boca do caixa, não falta dinheiro, tem muito dinheiro, o que falta é gestão. Obrigado, presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLE 014/23.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, eu me inscrevi nesse momento para discutir o projeto do Executivo, que autoriza a contratação temporária de alguns trabalhadores e trabalhadoras para desempenhar funções, para manter o nosso DMAE em funcionamento. Uma das motivações que me fizeram subir agora, neste momento, à tribuna, foi a fala do Ver. Tiago. Eu estava aqui, na quarta-feira, quando a Equatorial veio prestar esclarecimentos, e o Ver. Tiago, liberal de carteirinha, baixou a lenha na Equatorial, teceu críticas severas, pesadas a uma empresa privada, que assumiu o fechamento da nossa CEEE; portanto, não consigo compreender, Ver. Eng^o Comassetto, como é que alguém, que defende a privatização, vem aqui e bate tanto numa empresa que deveria devolver um serviço de melhor qualidade. É isso que defendem os liberais, que privatizando o serviço vai melhorar e vai ficar mais barato! Não ficou mais barato, não melhorou o atendimento à população. E agora o vereador defende a privatização do DMAE, que nunca, nunca, em sua história, foi deficitário. E muito bem lembrado pelo Ver. Eng^o Comassetto, sempre devolveu recursos para o caixa da Prefeitura, que ajudou a quitar a folha de pagamento, a honrar os compromissos financeiros desta cidade. Portanto, por que a ideia de privatizar o DMAE? Eu não tenho nenhum conhecido que faça parte de conglomerados de investidores que vão abocanhar, possivelmente, essa fatia de mercado, esse filão, porque é uma empresa que dá lucro e presta um bom serviço, tem a tarifa social, que atende a população de baixa renda. Se privatizar, a tarifa social será mantida? Acho difícil, questionável, mas alguns dados são importantes para esse processo que nós estamos aqui analisando: desde 2021, nos trouxe o dado o nosso querido Zezinho, da assessoria, 3.905 servidores foram contratados de forma temporária para o DMAE, quase 4 mil pessoas para trabalhar no nosso Departamento Municipal de Água e Esgoto; e os contratos por concursos, servidores estáveis, efetivos, foram apenas 1.590. As pessoas que são contratadas por concurso e vão fazer uma carreira dentro da instituição guardam, ao longo da sua jornada laboral, conhecimento. E o conhecimento é precioso. E o conhecimento é precioso para lidar com uma área essencial que é o serviço de água potável e esgotamento sanitário. Isso é serviço essencial. Eu não sou a favor de privatizações, não sou. Eu acredito que o poder público precisa ter órgãos de referência, como banco público, até para conduzir melhores taxas para população. Utilizar um banco público como Banrisul, Caixa Econômica Federal para nortear as víboras do mercado financeiro. Bota uma taxa baixa, fornece financiamento habitacional para população a preços mais módicos e faz com que o mercado siga essas instituições. Se privatiza tudo, esculhamba, e o DMAE é nosso, tem que ser nosso, mas para isso nós precisamos de material humano. E por isso a Ver.^a Karen Santos propôs

uma emenda, que eu assino conjuntamente, para que se faça concurso após o final, o término desses contratos temporários. E que se valorize o conhecimento e a experiência das pessoas que já trilharam parte da sua jornada laboral dentro dessa instituição, nós precisamos. E traz como dispositivo também um estabelecimento de cotas para os aprovados nesse concurso. Então pedimos aqui o entendimento das diferentes bancadas para que aprovem a nossa emenda que qualifica o projeto e garante que nós tenhamos material humano e conhecimento preservado no município de Porto Alegre, no seu Departamento Municipal de Água e Esgotos. Muito obrigado. Uma boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir o PLE nº 014/23.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Sr. Presidente, demais vereadores, público que nos assiste, TVCâmara, galerias, redes sociais, a oposição aproveita aqui para fazer uma confusão no projeto que nós estamos votando. Reclama de falta de água na cidade em alguns pontos, como se tivesse nascido na semana passada o problema de infraestrutura na cidade de Porto Alegre; como quem não tem responsabilidade por nada. O vereador vem cá e diz: “Não, começou 10 anos atrás...” Tentando tirar a responsabilidade lá do tempo em que o seu partido governava. E depois faz uma verdadeira confusão, porque, se os vereadores do PT e do PSOL estão dizendo que nós temos problema de água, aqui o governo está dizendo, através de um projeto, que precisa contratar pessoas de forma temporária para poder, justamente, ter profissionais habilitados para resolver o problema, até porque realmente tem um outro projeto na Câmara para se discutir a concessão ou não do DMAE na cidade de Porto Alegre. Mas na Câmara Municipal, que é o órgão que foi escolhido para fazer o debate, a Prefeitura está preocupada com o agora, com este momento. Então os vereadores vêm aqui e já aproveitam para fazer o discurso político sem nenhuma preocupação com a água nas comunidades. O governo, sim, está preocupado com a falta de água, está querendo contratar mais pessoas, de forma temporária, para resolver o problema imediato, e, enquanto isso, tramita, nesta Casa, um outro projeto pra discutir a parte da concessão. O Ver. Engº Comassetto, do PT, vem aqui e faz uma acusação grave, dizendo que já existe uma empresa que vai ganhar a licitação. Olha, primeiro tem um projeto que está tramitando, vai ter o debate, a Casa vai votar, se a Casa decidir, líder do governo, que vai ter uma concessão, certamente terá uma licitação, provavelmente, como foi feita a da iluminação pública, que foi feita uma licitação, inclusive lá em São Paulo, num órgão especial para fazer e tratar do assunto, e o vereador já está dizendo: “Não, já vai ganhar a empresa tal”. Primeiro que nem iniciou o debate, e ele já sabe quem vai ganhar. Essa é a prática que ele está acostumado. Então ele está acostumado com uma prática e acha que todo mundo tem a mesma prática. Então vamos devagar, Ver. Comassetto, primeiro vamos resolver o projeto que está na Ordem do Dia e que nós vamos votar, que é a contratação de pessoas para resolver o problema imediato. Quando chegar o outro projeto

no debate, vamos fazer o debate, e aí o senhor vai poder expressar a sua opinião, mas não acuse de que já existe uma empresa que vai ganhar, que querem vender tudo, querem privatizar, até porque não é exatamente isso que está escrito no projeto, é uma concessão de uma parte. Vamos fazer o debate, passo a passo, e vamos parar de acusar, porque quem está acostumado não é bem o DMAE, como V. Exa. está dizendo, que já tem até uma empresa que vai ganhar. Vamos com calma, vamos discutir, vamos votar, não vamos confundir nem os vereadores, nem a população que assiste a esta sessão, pois o projeto aqui é para contratação de pessoas, ninguém está falando em privatização do DMAE nesse projeto, então vamos discutir projeto a projeto. Que Deus abençoe Vossa Excelência.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLE nº 014/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha este debate, mais um projeto de contratação temporária! É o governo do temporário, não é permanente. Eles acham que tratamento de esgoto, água potável não é todo dia, é só 365 dias, está escrito: “por 365 dias”. Depois, se faltar água; depois, se tiver só cavaletes... Eu me admiro vir aqui o Ver. Mauro Pinheiro defender o prefeito dos cavaletes. A cidade está virada em cavalete! Não tem mais trabalhadores, há 2.000 cargos vagos no DMAE, e eles pedem aqui apenas 5 técnicos industriais, 12 montadores eletromecânicos, 3 operadores de máquinas especiais, 2 fresadores e 3 soldadores industriais. Eu fico de cabelo em pé, por quê? Parece que o prefeito está fazendo um projeto para um bairro só. Se eu tenho 2.000 cargos vagos no DMAE, o que eu tenho que fazer? Concurso público. Mas o prefeito tem um desejo ambicioso, ele inveja o Leite, que vendeu por R\$ 100 mil a CEEE, e agora está a população com a tal Equatorial privada, deixando o povo do Rio Grande do Sul na escuridão. Eles já vieram aqui – eles, do MDB – falar da Equatorial, esteve aqui a Equatorial e eles cobraram da Equatorial. Mas tem que ter o rostinho preparado, mas preparado! De fato, é lição da turma do Melo que vai, vai nas comunidades por aí e promete, diz que vai fazer. E aí eu vou mostrar para vocês aqui um videozinho que eu recebi lá do Morro da Cruz. Ouçam o que a cidadã diz para o Melo. (Mostra vídeo.) Ela perguntou ao nobre Sebastião Melo se o povo é santo para viver de promessa. Gostei, porque promete, promete, já faz dois ano e meio. E ele dizia “vai ter mais saneamento, mais saneamento, vai ter mais habitação”, mas não entregou uma moradia, uma habitação de interesse social. Agora, tem certas zonas que estão recebendo asfalto, misteriosamente; lugares que já tinham asfalto. Que incrível, não é? Como o cobertor é curto para os bairros pobres; e, para os bairros ricos, eles ganham dois, três cobertores. Expliquem isso para nós.

Queria poder ouvir aqui os membros do governo explicarem essa matemática que o DMAE tem dinheiro em caixa, mas não faz concurso; trocou o diretor, tirou um, botou outro, e não explicou por quê. Eu queria ser um passarinho, queria ser um

mosquitinho com meus ouvidos nesses encontros festivos do governo, nessas reuniões de lideranças, do troca-troca. É, prefeito, o senhor só fala do trecho 1, do trecho 2, do trecho 3 da orla; mas a cidade não é só orla, não é só orla, a cidade tem problemas reais. O senhor criou o governo dos cavaletes e pede aqui para nós o voto favorável aos contratos temporários, meia dúzia deles. Eu vou votar, claro que eu vou votar; melhor ter essa meia dúzia do que não ter nenhum, Ver. Tiago, mas o senhor, que é do partido NOVO, gosta mesmo é que o povo fique sem água e sem saneamento. Para o senhor, quanto pior, melhor; para mim, não. Eu voto nos temporários, mas eu cobro concurso público; o senhor não cobrou aqui que tenha alguém lá na ponta ajeitando o encanamento. Eu estou cobrando permanente, servidor permanente; o senhor sequer cobrou isso. Que vereador é o senhor? Que partido é esse, que não quer serviço público para a população? E, por favor, Ver. Mauro, não perca o seu tempo defendendo este governo, porque amanhã ou depois eles lhe descartam, e o senhor sabe disso, sabe do que eu estou falando porque o senhor conhece o Sebastião Melo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLE nº 014/23.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente, senhoras vereadoras e senhores e vereadores, na realidade nós estamos discutindo aqui a contratação temporária mesmo, Ver. Jonas, porque o intuito não é só V. Exa. arrecadar um pouco menos para o Simpa, porque a sua preocupação não é outra, não tem nada a ver com tratar bem a água, porque as pessoas contratadas... O senhor não pode vir aqui desmerecer engenheiros, técnicos, não, o senhor não vai fazer isso, porque ninguém acredita em Vossa Excelência. Essas pessoas que serão contratadas têm capacidade técnica comprovada, os engenheiros, certamente registrados no seu conselho, no CREA, que é uma entidade muito séria, então o senhor não pode botar uma régua rasa só pra querer que eles contribuam com o Simpa. Esse é o primeiro ponto. Nós queremos é contratar esses profissionais para que o DMAE não sofra solução de continuidade, e certamente vamos fazer isso, como já fizemos muitas vezes, e aqui não estamos tratando hoje, ainda, da parcerização do DMAE. E até nós não convenceremos... Vereador Cassiá, V. Exa. tem razão, o senhor precisa ser convencido politicamente, eu espero que se for essa a intenção do prefeito, de mandar o projeto para a Câmara de Vereadores, o senhor merece ser convencido pelo próprio prefeito se ele tiver os argumentos. Vossa Excelência é um vereador igual a mim, se o argumento for bom, eu não tenho problema de mudar de opinião.

Agora, Ver. Jonas, eu vi o senhor aqui brabo com a Equatorial, brabo com a Equatorial! Mas longe do pessoal da Equatorial, porque na semana passada, quando eles estavam aqui, o senhor parecia um cordeiro: “Estou aqui só para dar sugestões, quero contribuir com a Equatorial”. Mas que diferença, Ver. Jonas! O senhor ficou com medo deles aqui. Eu vim aqui, por exemplo, com documento meu, particular, mostrando os

erros da Equatorial. E V. Exa., perto deles, se comportou... Eu estranhei. Eu disse: o que aconteceu com o Ver. Jonas, hoje, que está tão afável com o pessoal da Equatorial? Afável, ficou bonito para V. Exa., ficou bem. E hoje o senhor vem aqui e descarregou aquilo que o senhor deveria ter feito naquele dia, para ser coerente. Mas, o que nós vamos fazer? Cada um é dono da sua palavra, é dono dos seus atos. E eu acho que logo aí adiante nós vamos ver quem tem razão e quem não tem razão. O Ver. Comassetto trouxe argumentos de uma empresa de Manaus. Mas essa empresa de Manaus, ninguém foi olhar o que ela presta lá, porque ela certamente não vai concorrer na privatização - que não é privatização, só quem chama privatização é a oposição, é parcerização com outra empresa ou outras empresas que possam ter capacidade para fazer, assim como foi feito com a iluminação, Ver. Mauro Pinheiro, V. Exa. lembrou bem. Quem é que reclama da iluminação de Porto Alegre? Mudadas as lâmpadas todas para LED, economia para o Município, iniciada a mudança das lâmpadas lá nas vilas populares. O prefeito Sebastião Melo disse: "Não, não vai ser iniciado aqui pelas avenidas do Centro, começa lá nas vilas." E assim se fez, assim está sendo procedida essa iluminação, essa parcerização da iluminação pública de Porto Alegre, para o bem dos habitantes do nosso Município. Então o que nós queremos aqui é apenas aprovar a contratação temporária de pessoas que são necessárias para que o DMAE continue fazendo um bom serviço. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLE nº 014/23.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente; colegas vereadores, vereadoras. Eu nem falaria nesse projeto, que é um projeto tão transparente, um projeto do Executivo, que traz aqui contratação emergencial por sabermos da necessidade temporária e excepcional do interesse público para que a questão do DMAE seja cada vez melhorada. Mas ficar ouvindo falácias, ficar ouvindo *fake news* de colegas vereadores da bancada do PT é muito difícil ficar calado, até porque me parece que é uma característica muito própria dos vereadores, aqui, do PT, de mastigar a verdade, mastigar, aliás, as mentiras e tentar transformar em verdades. Eu tenho visto absurdos sendo falados aqui e nós não podemos, vereadores, deixar que essas mentiras se propaguem, porque as pessoas nas ruas, as pessoas que não acompanham o dia a dia da Câmara de Vereadores são bombardeadas nos seus WhatsApp, acabam vendo redes sociais com essas falácias e acabam entendendo que isso é verdade. Primeiro, nós não estamos falando em nenhum momento sobre privatização do DMAE, que não é privatização, é parcerização. Nós estávamos falando e estamos aqui tratando sobre um projeto que autoriza contratação de técnico industrial, de montador eletromecânico, operador de máquinas especiais, fresador, soldador e não sobre privatização que está sendo falada de forma errada, mas sobre parcerização do DMAE. E se assim o fosse, e aqui nós vamos ter que trazer alguns argumentos contra essas falácias ditas pelos vereadores do PT, é uma parcerização que vai ajudar exatamente aquelas pessoas que

estão na periferia, aquelas pessoas que são mais vulneráveis, aquelas pessoas que efetivamente precisam do poder público. São pessoas que não tomam água potável, são pessoas que têm suas crianças, seus adolescentes brincando na cacaca, na porcaria e que, para a grande maioria dos vereadores pouco importa, porque querem é ganhar voto, única e exclusivamente. Senhores, vejam que o DMAE hoje entrega. Ver.^a Cláudia Araújo, 200 bilhões de litros de água tratada, potável, arrumada, mas chega no final, lá na torneira das pessoas, apenas 50%, 100 bilhões de litros de água. E sabem por quê? Por conta da perda física de água, por conta da falta de cobrança e por tantas outras coisas que no momento adequado nós vamos vir aqui debater. Mais do que isso, vêm vereadores falar mal sobre esta parceria sem antes, no entanto, pesquisar, conhecer, estudar o assunto. Esteve aqui, há alguns meses, Bernardo Santoro, que foi responsável pela concessão da água no Estado do Rio de Janeiro. E pasmem os senhores, hoje a Baía da Guanabara que, até pouco tempo estava condenada, com poluição, sem as pessoas poderem admirar e entrar na praia Vermelha, por exemplo, hoje está despoluída por conta da parceria que tão mal falam. Quando eu vejo o vereador subir aqui e dizer que quer concurso, concurso, concurso, é o vereador aquele que quer inchar cada vez mais o quadro do Município, que não se importa com a responsabilidade que o prefeito Melo está tendo neste momento de ser responsável de contratar, pelo tempo necessário, essas pessoas e não esbanjar o dinheiro que sai daquele que trabalha. Coisa que é difícil ao PT entender, porque botar a mão no bolso do contribuinte é fácil. E aqui eu quero parabenizar o prefeito Melo e seus secretários que estão aqui solicitando esta contratação por tempo determinado, com início, meio e fim, porque cuidam do dinheiro público, porque têm responsabilidade e porque é o que está sendo necessário no dia de hoje. Chega de tratar o estado como a galinha dos ovos de ouro, porque termina, a galinha está secando, está morrendo e todos nós vamos pagar a conta. É “sim” neste projeto tão simplório e tão importante para todos os porto-alegrenses. Obrigada Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Moisés Maluco do Bem assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir o PLE 014/23.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Presidente e meus caros colegas; primeiro aqui, de imediato, esse é um projeto importante, é um projeto temporário, para que serviços básicos que são prestados hoje pelo DMAE estatal possam continuar, possam seguir, enquanto se prepara, sim, uma alternativa real para entregar serviços melhores de saneamento e de drenagem à população de Porto Alegre. Aqueles vereadores que sobem aqui e se posicionam contrários ao repasse da gestão do DMAE para a iniciativa privada, estes vereadores são corresponsáveis, quando a gente vai numa comunidade e vê uma criança brincando no meio da merda. Isso é um fato. Vir aqui defender o inchaço da máquina pública, vir aqui defender que este modelo estatal do

DMAE continue, o DMAE, que existe há mais de 60 anos e que trata apenas 52% do esgoto em Porto Alegre, vai demorar quanto tempo mais? Mais 60 anos para chegar à universalização? Estes vereadores que sobem aqui e se posicionam contrários ao repasse da gestão do DMAE para a iniciativa privada não têm moral de subir no morro, ir na vila, olhar para o povo e dizer: “Vou tirar vocês do meio da merda”. O que eles querem, na verdade, é que este sistema continue, para, num ciclo sem fim, irem na comunidade e pedirem voto em tempo de eleição, prometerem que vão tirar o povo do meio do esgoto. Aí passa eleição, passa gestão, e continua o povo vivendo sem o básico, que é o saneamento, que significa saúde e qualidade de vida para as pessoas. É imoral. Eu não consigo entender como alguém quer insistir em investir num sistema falido, que não é apenas questão de recursos não, é de burocracia estatal, é de capacidade de poder fazer contratos melhores sem depender de processo licitatório até pra comprar um parafuso. A leveza da gestão privada já está comprovada na iluminação pública, por exemplo, que a própria candidata Manuela d’Ávila, ainda defendida pelo PT nas últimas eleições, disse que iria manter a PPP de iluminação pública, que me orgulho muito, inclusive, de ter sido um dos líderes do processo aqui, em Porto Alegre. E digo aqui ao Ver. Cecchim que, desde o início, estava previsto o início da modernização para LED nas iluminações públicas da cidade, através dos bairros com menor IDH. Então, estes vereadores de esquerda, eu até compreendo que se posicionem contrários ao repasse da gestão do DMAE por uma questão meramente retórica, ideológica, para as bandeirinhas vermelhas que eles defendem no período das eleições, eles poderem lá chegar no sindicato, poderem chegar em alguns servidores que acreditam que serão prejudicados com o processo de repasse da gestão para iniciativa privada, e aí eles chegam lá e encham a boca: “Ah, defendi que o DMAE continuasse estatal!” Agora, os vereadores que não estão nesse espectro ideológico, que vem aqui se posicionar contrário à concessão do DMAE para iniciativa privada, esses vereadores, talvez, acreditem que terão um quinhão eleitoral, um quinhão de votos, junto a alguns servidores. Ou ainda não compreenderam a complexidade, a importância de se fazer o repasse da gestão à iniciativa privada, porque, por tudo que foi apresentado pelos estudos conduzidos pela gestão passada e atual, o grande benefício será justamente na parte de drenagem. O futuro parceiro privado, quando for participar do leilão, na Bolsa de Valores de São Paulo, por exemplo, como foi o da PPP de iluminação pública, quem ofertar o maior volume, o maior aporte de recursos para obras e manutenção do sistema de drenagem, dragagem de arroios, limpeza de bocas de lobo, manutenção de casas de bombas, esses que serão os vencedores. Então, quando a gente vê chuvas extremas, como tivemos o ciclone, os discursos aqui se revezam, pedindo maior investimento na parte de drenagem. Não há milagre! Não acontecerá, se não for através de um aporte financeiro grande do parceiro privado no processo de concessão do DMAE. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o PLE nº 014/23. (Pausa.) O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a matéria.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, eu que assisto V. Exa. todas as noites na tela da TV Pampa, saúdo V. Exa. pela condução dos trabalhos; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, assistência. Melhor ser chamado de vendilhão do que de corrupto. A empresa que venceu a licitação em Uruguaiana é a Odebrecht. Ver. Ramiro, sabe quem é amigo da Odebrecht? Além do PT, PSOL e PCdoB entraram na justiça para defender a Odebrecht dos pagamentos da leniência da Lava Jato. PCdoB, PSOL e PT não querem que a Odebrecht devolva o que roubou do povo brasileiro. Então, prefiro ser chamado de vendilhão. Ver. Comassetto, eu aceito o seu desafio, até por que o senhor me defendeu aqui na tribuna. Eu separei uma fala de V. Exa. onde o senhor disse: “Fácil é morar no Petrópolis, vai morar na Zona Sul, onde falta água todo ano há 10 anos.” Pronto. Se falta água, Comassetto, há 10 anos na Zona Sul é porque o DMAE é ineficiente. Obrigado, V. Exa. me ajudou. Além disso, eu vou dar os dados, Ver. Comassetto, porque nós, liberais, defendemos o pobre baseados em dados. Eu vou lhe dar os dados de Uruguaiana, Ver. Comassetto: Uruguaiana queria ter 100% das casas com esgoto até 2022. A reportagem do Jornal do Comércio de 2020 diz que Uruguaiana tem 85% das residências cobertas. Ver. Comassetto, sabe de quanto é a cobertura em Porto Alegre? É de 52%. Obrigado por citar Uruguaiana, Ver. Comassetto, o senhor me ajuda bastante na minha defesa.

Ver. Cassiá, eu concordo com o senhor, é uma pena que os liberais não tenham a maioria nesta Câmara. Se tivesse maioria, Porto Alegre seria como Minas Gerais, que é o Estado que mais gera emprego e acaba de ser o estado número um em turismo. Apenas para citar dois dados do governo Zema.

Falando em concessões, parcerizações, a Cedae, no Rio de Janeiro, logo após vencer o leilão, em duas semanas, as praias do Flamengo e de Botafogo voltaram a ser balneáveis por alguns tempos. Um rio que passava ali, se não me engano no Jardim Botânico, no Rio de Janeiro, voltou a ter peixes, após a concessão. A cidade de Niterói figura no *ranking* das 100 maiores cidades como a primeira tendo já 100% de água e 96/98% de coleta de esgoto. O DMAE está 20 anos atrasado. O Marco do Saneamento diz que até 2033 as cidades precisam estar perto de 100%. Porto Alegre, no ritmo atual – e como disseram os colegas, tem dinheiro em caixa, cerca de R\$ 200 milhões por ano no DMAE –, vai, se não entrar um outro prefeito que, enfim, rape o caixa para gastar em outra coisa – isso prova que o dinheiro do saneamento não vai no saneamento, mais um motivo para privatizar ou para conceder ou para parcerizar, tudo bem, o termo não importa, importa é o pobre que está sem esgoto –, cumprir apenas em 2053. Portanto, 20 anos após o que preconiza o Marco do Saneamento que foi feito em Brasília.

Por isso, quero encerrar dizendo que nós, liberais, não somos negacionistas, nós nos baseamos na ciência, nós nos baseamos nos números. As parcerizações têm trazido peixes aos rios, têm trazido esgoto aos pobres, têm elevado o número de cobertura de esgoto e de água potável na torneira de quem mais precisa. Vendilhão, privatista, neoliberal, tudo bem, mas uma coisa que não nos chamarão é de corruptos e amigos de empreiteiras corruptas, que chegam a pedir o perdão de dinheiro roubado na Lava Jato.

Por isso, votamos “sim” no projeto e “não” na emenda da esquerda. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Engº Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 014/23, pela oposição.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Prezado Presidente, Ver. Moisés Maluco do Bem; agradecer o Ver. Roberto Robaina para encaminhar pela oposição, e dizer que votaremos favoráveis ao projeto. Desde a nossa primeira fala, dissemos que votaremos favoráveis ao projeto, porém, contudo, todavia, temos que começar a desfazer, ou melhor, contrapor o conjunto de *fake news* trazidas aqui. Eu gostaria que os nossos ouvintes entrassem no Google, no *site* da BBC News, não é um *site* de esquerda, que diz o seguinte: “Enquanto o Rio privatiza, por que Paris, Berlim e outras 265 cidades reestatizam o saneamento?” E junto com elas, no mundo todo, são 256 cidades. É este o debate, e o debate falso ou com falácia trazido aqui... A Comandante Nádia vem aqui fazer um discurso contra o funcionalismo público, ela esquece que é aposentada como funcionária pública, com quase R\$ 30 mil por mês, que é merecido. Esquece disso. Como é que pode vir aqui fazer um discurso contra o funcionalismo público? O Mauro Pinheiro vem aqui fazer um discurso contra o PT, se elegeu duas vezes pelo PT. Foi eleito presidente desta Casa pelo PT, depois traiu o PT, e aí, na política, quem trai uma vez... Quem trai uma vez... Então, este é o debate que nós estamos fazendo aqui. E aí, Ver. Ramiro, Ver. Albrecht, por que falta água há dez anos na Zona Sul? Faz 20 anos que o Partido dos Trabalhadores e a Frente Popular deixaram de fazer administração na cidade, e de dez anos para cá começou a faltar água na Restinga, na Lomba do Pinheiro, em Belém Velho, na Vila Mariante, no Rincão, na Hípica, na Aberta dos Morros, no Espírito Santo, no Lageado, no Belém Novo, no São Caetano, nas Quirinas, no Lami. Esse território que eu falei pega mais de 50% do território de Porto Alegre. Agora, querem falar em corrupção? Vamos falar. Os liberais, por que o Marchezan perdeu R\$ 121 milhões que nós tínhamos conquistado do governo federal para o saneamento? Ramiro, você que foi secretário dele, eficiente, responda isso: por que o governo Marchezan perdeu R\$ 128 milhões do saneamento básico? Albrecht, você que faz discurso para cidade, e Bobadra, você que tem voto lá na Ponta Grossa, merecido, perguntem por que roubaram, sumiram os R\$ 24 milhões de saneamento que conquistamos no governo Dilma para Ponta Grossa? Para onde foram os R\$ 24 milhões? Ou, se quiserem fazer uma CPI para investigarmos isso, sou parceiro. E o Albrecht, que chegou ontem aqui, vem dar uma de *expert*, seus asseclas da Lava Jato, que já foram cassados, o Moro está cada dia num declínio maior, quebrou toda a indústria nacional, que estava fazendo saneamento pelo mundo, que fez o aeroporto de Miami, com o estado americano conduzindo esses crápulas, traidores da Nação. Sim, Moro traidor da Nação; Gebran, Thompson Flores, traidores da Nação – traidores da Nação. E por que

privatizam? Privatizam porque as suas empresas já estão na lista; Mauro, se não for a empresa de Manaus, vai ser a empresa que estatizou no Rio – anota aí, vamos discutir depois, anota aí! Todos já sabem disso. E aí, Ramiro, venha explicar aqui os R\$ 121 milhões do saneamento básico, que o seu eficiente governo do Marcezan, do qual o senhor era secretário, perdeu, que nós conquistamos. Perdeu! Por isso que falta água lá no Extremo-Sul; por isso que o saneamento da cidade é só 65% tratado. Eu quero dizer aqui para os líderes e para base de situação, inclusive para os liberais: vamos juntos no BNDES, vamos juntos no BRICS para buscar dinheiro para potencializarmos o DMAE público, fazer investimento em toda a cidade, assim como foi feito. Albrecht, você não sabe, a Ponta Grossa, a Estação de Tratamento e toda ligação da água da cidade foram R\$ 600 milhões conquistados no governo Dilma que estão lá implantados, e que elevou o potencial da cidade de Porto Alegre para tratar 85% do seu saneamento.

Para concluir, eu queria dizer que o Programa Integrado Socioambiental – Pisa em que foi abandonada a parte do saneamento das vilas, R\$ 250 milhões conquistados pelo Partido dos Trabalhadores para o saneamento em Porto Alegre. Eu quero saber qual foi a vez que veio uma monta que nem esta? E aí, Ramiro, se você quer saber mesmo diga para nós aqui da denúncia que foi feita de que pagavam as empresas no governo Marcezan de 50 bocas de lobo e só tinham duas na rua, me explica como é que era feito isso? Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Ramiro Rosário para uma questão de ordem.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): A acusação de crime e ainda total inverdade, imagino aqui que deva constar hoje na sessão, Presidente, que, primeiro, tanto esta denúncia com relação às limpezas de bocas de lobo não foi na gestão passada, foi na gestão retrasada. Então o senhor está com problema de memória ou não conhece sobre o que está falando. A perda de recursos do antigo DEP foi na gestão retrasada e não na gestão passada. E a forma deselegante com que o senhor trata os colegas como, por exemplo, o Ver. Tiago Albrecht, dizendo que ele recém chegou aqui, é a mesma coisa que eu dizer que o senhor nem chegou, afinal de contas, suplente é.

Vereador Engº Comassetto (PT): Sr. Presidente, eu só queria contribuir com o senhor, que o senhor permitiu uma fala que não tem nada de questão de ordem. Muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Estão feitos os dois registros. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 014/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Eu queria, realmente, poder ter os instrumentos de compreensão desta realidade maravilhosa que os neoliberais pintam. É um quadro de Monet! Eu me encanto, porque eles dizem que o neoliberalismo funciona. Olha o que aconteceu com o ciclone; várias cidades do litoral sem energia elétrica por dias. Ver. Tiago, olhe para cá, que o senhor não ficou nem vermelho, e falou aqui em defesa do alto empresariado que faz e acontece, quando Porto Alegre ficou sem energia elétrica por mais de 72 horas em várias regiões. Eu não vejo o senhor defendendo os comerciantes que tiveram prejuízo, e aí vem aqui dizer que o privado funciona. Sabe que o seu amigo Ramiro teve três anos e meio à frente do DMAE, e aí, na parte que ele esteve à frente, estava tudo maravilhoso, mas, agora, o gestor que veio depois do Ramiro, está com dois mil cargos vagos, Ramiro. O senhor é outro que também não fica nem vermelho; olha, ele fala, fala, e não fica vermelhinho, porque é uma capacidade que eles têm. Eu quero dizer que eu tiro o chapéu para vocês, porque vocês não têm vergonha. A população sem água, acabei de mostrar aqui que, no Morro da Cruz, o prefeito levou meia dúzia de caixas d'água e disse: “Oh, se virem aí, que o meu negócio é privatizar, não é levar a água agora.” A necessidade da dona de casa é cozinhar às 6, 7h da noite e tem que ter água. O senhor liga para o iFood e chega a sua refeição, e aí a cidadã não tem água para cozinhar nas periferias de Porto Alegre, e aí é muito bonito o senhor vir aqui e dizer: “Ah, a privatização funciona.” O senhor se lembra da corrupção no DEP? A corrupção no DEP, às empresas iam lá limpar as bocas de lobo o DEP botava na planilha – saiu nos jornais, está nas páginas policiais desta cidade – 30 bocas de lobo, e depois o Ministério Público foi lá, as ruas tinham 12 bocas, mas eles incrivelmente criaram bocas de lobo fictícias para engolir o dinheiro do erário. Estas são as empresas que eles defendem. Então, vir aqui falar mal do público quando tem pessoas inclusive que nem conhecem o DMAE por dentro. O senhor, Ver. Tiago, duvido que o senhor conheça. Me diga: quantas distritais o DMAE tem? Levante o dedo aí; levante a mão. Não levanta! Se envergonha, porque não sabe do que fala, não conhece as estruturas públicas deste departamento. Colou do Ramiro, até colar, colou. O Ramiro gritou cinco, aí ele disse cinco. Parabéns, mas vai ganhar nota quatro porque o colega falou o número! Eu fico escandalizado com a incapacidade de as pessoas serem vereadores e não conhecerem as estruturas públicas por dentro. Tem que saber! Eu duvido que saibam o que esses profissionais irão fazer e qual setor estarão lotados. Antes, Ver. Mauro, as equipes saíam em cinco funcionários – um chefe e quatro operários –, agora, Ver. Cecchim, saem dois. O senhor acha que a população vai ser atendida? Não, mas o imposto é recolhido. É muito bonito o cidadão engravatado dar discurso contra o DMAE quando tem caixa d'água na sua casa ou no seu condomínio, mas não é o caso da maioria das pessoas de periferia que precisam que o encanamento seja consertado no dia e isso não acontece porque faltam servidores, Ver. Airto Ferronato – o senhor também é do setor público. Eu queria entender, sinceramente, mas reitero o que disse no início, me faltam os instrumentos de compreensão para fazer essa teleologia que vocês fazem e que a mim, infelizmente, não está no alcance – acho que a minha cognição não é tão perfeita quanto a dos neoliberais. Vocês gostam de falar contra o público, mas o Zema, do partido NOVO, governador de Minas Gerais, deu

somente 298% de aumento para o próprio salário. Esse público eles gostam, o público para os bolsos dos seus amigos – lá ele deu, o Zema! Aí o Ver. Tiago nem se envergonha; aqui ele fala mal do DMAE, “o DMAE não presta”, “o DMAE não funciona”, o que funciona mesmo é a canetada do Zema, não é, doutor Tiago?

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): o Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 014/23.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Sr. Presidente Moisés, eu até não deveria vir para a tribuna para encaminhar, mas eu vim para fazer uma constatação. Só para dizer, Ver. Ramiro, Ver.^a Mari e Ver. Tiago: onde vocês estão metidos? Com essa parceria em que o cara chega aqui e bota o dedo no Ver. Tiago, deve ser difícil; deve ser muito difícil, Jonas. Eu, quando falei algumas coisas até erradas para a Ver.^a Mari, vim aqui e disse: olha, não é isso, não é assim. Nós temos que ter respeito pelas pessoas, não importa, o NOVO tem essa direção. O que o Tiago falou aqui ele não inventou, não tirou de nenhum lugar, nem da Bíblia V. Exa. tirou, só do jornal. E aí, o que diz o Ver. Comassetto? Pá no vereador, forte. Então eu vim só fazer essa constatação e dar a minha solidariedade, Ver. Tiago.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para encaminhar a votação do PLE nº 014/23.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Ver. Moisés, que preside esta sessão; demais vereadores, eu nem gostaria de falar novamente, mas, depois da fala do vereador do PT, o Eng^o Comassetto, que veio aqui e acusou todo mundo de traidor... Quem fala mal do PT é um traidor. Todos aqueles empresários que tiveram uma relação muito próxima com o PT e que foram presos são traidores porque delataram o PT. Eu tenho uma lista aqui. Aqueles que investigaram a corrupção no País são traidores da Pátria, porque botaram Aloizio Mercadante, ex-ministro da Casa Civil, investigado; Antonio Palocci, condenado a regime fechado; Delúbio Soares, condenado no mensalão, em prisão domiciliar pela operação Lava Jato; Fernando Haddad, ministro, indiciado; Fernando Pimentel, réu, o caso está no STF; Gleisi Hoffmann, ré, o caso está no STF; Guido Mantega, primeira instância; Humberto Costa, investigado; Jaques Wagner, investigado; João Paulo Cunha, condenado, já cumpriu pena; João Vaccari Neto, condenado em primeira instância; José Dirceu, condenado no mensalão, foi preso; José Genuíno, condenado, regime domiciliar, foi preso; Lula, condenado, preso, e assim por diante. Todos esses que investigaram o PT são todos contra a Pátria, são contra a Pátria porque investigaram, condenaram. Depois que eu escutei uma das entrevistas do Presidente que eu não votei, mas é nosso presidente, dizendo que é tudo uma questão de narrativa, e narrativa nada mais é do que a novela das oito, então tem a novelinha: “Vai

lá e faz uma narrativa, Maduro, diz que tu é democrático, diz que tu não... e vai levando, vai levando na conversa, no papo”. Depois que milhares e milhares de reais foram devolvidos... As pessoas devolveram o dinheiro porque quiseram devolver, tinham dinheiro demais, devolveram pela delação premiada. Mas são tudo traidores, porque traíram o PT e o Lula, porque não quiseram mais compartilhar. Chega um momento que eu, assim como muitas pessoas da população, acreditemos naquela narrativa de que era um partido que ia trabalhar pelos pobres, só que as pessoas começam a enxergar, começam a ver que é tudo narrativa, Ver. Comassetto. Então tem muitas pessoas que já enxergaram que tudo aquilo que o PT fala, ele fala, mas na verdade faz ao contrário. “Defendemos os pobres, mas gostamos de ter relações com os empresários para nos darem propina.” É isso, o PT gosta é disso. Faz a obrinha lá, e o percentualzinho aqui; uma obrinha lá, e o percentualzinho... Nem todas as pessoas são assim, Ver. Comassetto, tem pessoas sérias na política e que querem o melhor para a população. Chega de enganar o povo, chega de narrativa. As pessoas não acreditam mais, é só ver o tamanho da bancada do PT, como ela encolheu. Metade da bancada aqui era vereadores do PT, o povo não acredita mais. Ainda tem uma meia dúzia que vota no PT, mas a grande maioria não vota mais, Ver. Comassetto, o pessoal não mais acreditará nas suas narrativas. Portanto, vamos votar este projeto que é importante para a cidade ao invés de ficar dizendo que todo mundo que é contra o PT é um traidor da Pátria. As pessoas são contra porque já enxergaram as mentiras que V. Exa. está contando, vereador. Então vamos votar porque o projeto é bom para a cidade, para que chegue água na população, precisa contratar pessoas. Vamos lá, Ver. Comassetto, vamos votar favorável, vamos ver se você vota com o povo desta vez e vota favorável ao projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Agradecemos a retirada de inscrição do Ver. Giovanni Culau e Coletivo que estava inscrito em encaminhamentos. Inclusive, gostaria de solicitar aqui depois, as câmeras da Casa, porque mexeram num objeto importante que sumiu da bandeira da diversidade, da mesa do Ver. Giovanni Culau. Então o vereador que souber onde que foi parar a peça da bandeira, procure o Ver. Giovanni Culau.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, uma questão de ordem aqui, sobre a fala do Ver. Mauro Pinheiro, que ele apresentou uma lista de pessoas que, segundo a fala dele, supostamente teriam sido presas e condenadas, na verdade, foram todas inocentadas, inclusive pelo STF. Apenas para que a população saiba disso. Obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Feito o registro.

Em votação nominal, determinada por esta presidência, a Emenda nº 01, destacada, ao PLE nº 014/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **REJEITADA** por 10 votos **SIM**; 23 votos **NÃO**.

Em votação nominal, determinada por esta presidência, o PLE nº 014/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 35 votos **SIM**.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 128/23 – (Proc. nº 0653/23 – Ver.^a Cláudia Araújo) – Requer seja encaminhada Moção de Repúdio “ao PL 4188-2021, marco legal das garantias, que altera disposições sobre o exercício da atividade de leiloeiros, tendo sido incluída a profissão do leiloeiro, como passível de realização pelos tabeliões de notas e de protesto na Emenda nº 26, e demais Emendas apresentadas ao projeto”. **(SEI 161.00069/2023-68)**

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o [Requerimento nº 128/23](#). (Pausa.) A Ver.^a Cláudia Araújo está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como autora.

VEREADORA CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Requerimento nº 128/23 trata de um marco legal de garantias, questões financeiras, repasses fundos e a partir da Emenda nº 26 autoriza que os tabeliões exerçam a função de leiloeiros. O projeto é o [PL nº 4.188/21](#), em que o texto aprovado na Câmara Federal é um projeto de lei que tem como objetivo melhorar as regras de garantia e reduzir os custos e juros das operações de crédito. No entanto, o relator do projeto fez algumas alterações, incluindo a profissão de leiloeiro que poderia ser exercida por tabeliões de notas e de protestos. Isso gerou uma polêmica, pois outras emendas relacionadas à leiloaria já haviam sido propostas anteriormente em outros projetos e foram rejeitadas. Além disso, existe um outro projeto de lei em tramitação, no Senado, que trata especificamente desta matéria. A inclusão da leiloaria nas atribuições dos tabelionatos, dos tabeliões pode aumentar os custos e dificultar o sistema de recuperação de crédito. Também é questionada a constitucionalidade das emendas, pois a fiscalização dos tabeliões é de competência do Poder Judiciário e a acumulação de cargos entre tabeliões e leiloeiros é considerada inconstitucional. Além disso, a inclusão dos tabeliões como leiloeiros cria uma categoria especial que estaria isenta de restrições impostas aos leiloeiros em geral. Em suma, é isso, peço que os colegas nos apoiem nesta moção de repúdio. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Ramiro Rosário, o Requerimento nº 128/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) 18 votos **SIM**. Declaro nula a votação por falta de quórum deliberativo.

(18h10min) Encerrada a Ordem do Dia.

Vereadora Fernanda Barth (PODE) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a transferência do período de Comunicações para a próxima sessão, com o aval de todos os colegas inscritos no referido período.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Barth. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0497/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 282/23, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que declara de utilidade pública a Associação Cultural Sawabona Shikoba. **(SEI 019.00092/2023-14)**

PROC. Nº 0582/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 339/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia do Sacerdote e da Sacerdotisa da Religião Batuque de Matriz Africana no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 31 de julho de cada ano. **(SEI 222.00155/2023-91)**

PROC. Nº 0585/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 341/23, de autoria da Ver.^a Karen Santos, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre a Lúcio Antônio Machado Almeida. **(SEI 152.00125/2023-73)**

PROC. Nº 0587/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 342/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia Municipal do Orgulho Autista no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 18 de junho de cada ano. **(SEI 222.00157/2023-80)**

PROC. Nº 0584/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 050/23, de autoria da Ver.^a Karen Santos, que concede a Comenda Porto do Sol a Rosalina Conceição. **(SEI 152.00124/2023-29)**

PROC. Nº 0363/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 187/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que permite a transformação de salas comerciais inferiores a

30m² (trinta metros quadrados) em apartamentos residenciais no Bairro Centro Histórico. (SEI 024.00059/2023-89)

PROC. Nº 0543/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 320/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que institui o Recanto dos Orixás na Praça Quinze de Novembro. (SEI 024.00098/2023-86)

PROC. Nº 0606/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 048/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que concede o Troféu Câmara Municipal de Porto Alegre ao senhor Jair Messias Bolsonaro. (SEI 222.00057/2022-72)

PROC. Nº 0798/21 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 033/21, de autoria do Ver. Juan Savedra, que regulamenta a subscrição eletrônica de proposições de iniciativa popular referida no § 5º do art. 98 da Lei Orgânica do Município de Porto Alegre. (SEI 055.00002/2021-97)

PROC. Nº 0472/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 011/23, que institui o Sistema Municipal Unificado de Fomento e Incentivo às Atividades Culturais. (SEI 118.00415/2023-51)

PROC. Nº 0105/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 052/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que obriga as empresas concessionárias e permissionárias de transporte público municipal a disponibilizarem meios para que o pagamento da tarifa do serviço de transporte coletivo por ônibus e lotação sejam realizados por meio de Pix. (SEI 165.00033/2023-81)

PROC. Nº 0142/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 067/23, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que institui o Programa Permanente em Saúde Mental, destinado à comunidade escolar das escolas públicas da Rede Municipal de Ensino. (SEI 215.00014/2023-85)

PROC. Nº 0232/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 108/23, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que declara de utilidade pública a Associação de Familiares e Amigos das Pessoas com Autismo – AFAPA. (SEI 020.00024/2023-43)

PROC. Nº 0261/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 121/23, de autoria da Ver^a Mônica Leal, que declara de utilidade pública a Casa dos Raros – Centro de Atenção Integral e Treinamento em Doenças Raras. (SEI 038.00032/2023-82)

PROC. Nº 0293/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 143/23, de autoria do Ver. Jonas Reis, que estabelece a obrigatoriedade da realização de chamada sonora para as senhas preferenciais nos estabelecimentos comerciais ou de serviços, públicos ou

privados, que utilizam senhas para atendimento. (SEI 210.00299/2023-59)

PROC. Nº 0348/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 177/23, de autoria da Verª Biga Pereira, que institui a Campanha Permanente de Fortalecimento da Saúde Mental de Trabalhadoras e Trabalhadores junto aos Centros de Referência em Saúde do Trabalhador (Cerests) no Município de Porto Alegre. (SEI 299.00060/2023-19)

PROC. Nº 0457/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 012/23, que autoriza a adoção de equipamentos públicos e de verdes complementares por pessoas físicas e jurídicas, e revoga a Lei nº 12.583, de 9 de agosto de 2019. (SEI 118.00414/2023-15)

PROC. Nº 0482/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 268/23, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que declara de utilidade pública a Associação dos Moradores do Vale do Salso – AMOVAS. (SEI 138.00054/2023-23)

PROC. Nº 0526/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 306/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Santa Maria Goretti no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 25 de dezembro e na semana compreendida do dia 19 a 25 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00136/2023-64)

PROC. Nº 0529/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 309/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Costa e Silva no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 22 de agosto e na semana compreendida do dia 16 a 22 de agosto de cada ano. (SEI 222.00139/2023-06)

PROC. Nº 0531/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 311/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Camaquã no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 1º a 7 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00141/2023-77)

PROC. Nº 0532/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 312/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Vila Nova no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 1º a 7 de dezembro de cada ano. (SEI

222.00142/2023-11)

PROC. Nº 0533/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 313/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Sétimo Céu no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 22 de agosto e na semana compreendida do dia 16 a 22 de agosto de cada ano. **(SEI 222.00143/2023-66)**

PROC. Nº 0534/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 314/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Extrema no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 22 de agosto e na semana compreendida do dia 16 a 22 de agosto de cada ano. **(SEI 222.00144/2023-19)**

PROC. Nº 0535/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 315/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Arquipélago no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 1º a 7 de dezembro de cada ano. **(SEI 222.00145/2023-55)**

PROC. Nº 0545/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 047/23, de autoria da Ver^a Fernanda Barth, que concede a Comenda Porto do Sol a Gilberto Simões Pires. **(SEI 212.00049/2023-17)**

PROC. Nº 0561/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 328/23, de autoria da Ver^a Psicóloga Tanise Sabino, que denomina Rua Pedro Garcia Carletti o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua C Vila Nova Ipanema, localizado no Bairro Aberta dos Morros. **(SEI 215.00058/2023-13)**

PROC. Nº 0579/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 338/23, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que denomina Rua Eudilson Ferreira Vargas o logradouro público cadastrado conhecido como Alameda Sete Mil Trezentos e Sessenta, localizado no Bairro Lajeado. **(SEI 039.00048/2023-94)**

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, está em discussão, na Pauta, o PLL nº 052/23, sobre pagamento de tarifa de

serviço de transporte via Pix. Eu queria aqui debater este assunto. Eu acho problemático, por quê? O prefeito implementou o fim do cargo de cobrador, desempregou mais de três mil famílias, desaquece a economia porque tira salário de circulação, concentrou as funções da tripulação no motorista, que agora cobra. E a gente vai colocar essa imposição aos motoristas? Imagina o motorista, além de cobrar o troco, contar moeda, vai ter que olhar no celular, no aplicativo que for, para ver se o Pix entra ou não. Eu acho que falta sensibilidade com esses trabalhadores, sobrecarga enorme.

Vereador Engº Comassetto (PT): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Eu só queria dizer que é só pedir para a EPTC vir aqui, para dizer se é permitido que os motoristas de ônibus também consultem o aplicativo estando na direção, conduzindo o veículo, porque há as leis de trânsito. Muito obrigado.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Exatamente, as leis de trânsito dizem: “Sem celular na mão” – e a multa pega. Agora, eu acho incrível, que eu inclusive estive, Ver. Cassiá, no Ministério Público de Contas, levei lá uma denúncia gravíssima da EPTC, que os agentes deram multas às empresas de ônibus que não cumpriram os horários. Mas em 2022, o prefeito executou apenas 4% das multas. Tem alguma coisa errada, não quer arrecadar ou as empresas estão comandando, a ATP manda na EPTC? Esse é um dos debates.

O outro debate se refere a um projeto da autoria deste vereador. A ideia é que a gente possa ter inclusão em todos os espaços. O PLL nº 143/23 estabelece a obrigatoriedade da realização de chamada sonora para senhas preferenciais nos estabelecimentos comerciais e de serviços, públicos ou privados, que utilizam senha para atendimento. Porque não é possível que, até hoje, não se tenha realmente o respeito à diversidade nesta cidade. A gente fala de inclusão, de inclusão, mas, inclusive, nós já tivemos no passado uma secretaria de acessibilidade e hoje não temos mais. Então, esta legislação aqui é para vocês todas e todos que acreditam que Porto Alegre pode ser, sim, uma cidade que abraça a sua cidadania, que não segrega, que não estabelece a meritocracia como a ideologia preponderante, que entende a diversidade do seu povo e contempla todas as pessoas. Por isso eu quero pedir aos vereadores que vão debater este assunto na Casa, vai tramitar, que apoiem, que deem os pareceres favoráveis para que possamos construir mais inclusão. Trata-se de construir inclusão real, não é aquela só do discurso da demagogia. Eu quero legislação, quero que as empresas criem os mecanismos para olhar para todas e todos; hoje se olha só para a maioria, e a minoria que se dane. Não! Vamos começar com regramentos aqui. Regramentos! Nós queremos Porto Alegre para 1.500.000 habitantes, não é só para a maioria! Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Visivelmente não há quórum. Com a presença dos vereadores Mônica Leal, Márcio Bins Ely, Jonas Reis, Mauro Pinheiro e Claudio Janta, declaro encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 18h17min.)

* * * * *